



Instituto
Socioambiental

ISA **30** ANOS



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024



Siga-nos nas redes sociais:



/socioambiental



/institutosocioambiental



/socioambiental



/socioambiental



@socioambiental

Em 2024, o **Instituto Socioambiental (ISA)** celebrou 30 anos de existência e resistência, com o lema “socioambiental se escreve junto”. Desde 1994, atuamos lado a lado com parceiros históricos de comunidades indígenas, tradicionais, quilombolas, extrativistas, entre outros, para desenvolver soluções que protejam seus territórios, fortaleçam suas culturas e saberes tradicionais, elevem seu perfil político, e desenvolvam economias sustentáveis.

Com programas e escritórios dentro dos territórios, o ISA fincou suas raízes em três bacias hidrográficas: Rio Negro (AM/RR), Xingu (MT/PA) e Ribeira de Iguape (SP). E, em parceria com associações locais, organizações não governamentais e redes regionais e nacionais, articula projetos alinhados com sua incidência nacional através dos programas de Política e Direito Socioambiental e Povos Indígenas no Brasil, e

articulações transversais como Restauração, Economias da Sociobiodiversidade e Iniciativa Clima. Nossa missão é defender a pluralidade socioambiental brasileira, seja nos corredores de Brasília ou no chão da floresta.

Conselho Diretor

Presidente: Márcio Santilli (*presidente*), Marina Kahn (*vice presidente*), Ana Valéria Araújo, André Villas-Bôas, Leão Serva e Raul Silva Telles do Valle

Conselho Fiscal

José Carlos Almeida Libânio, Marcelo Hercowitz, Mario Monzoni e Pablo Molloy

Secretaria executiva

Adriana Ramos e Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Assessoras:

Clara de Assis Andrade e Maria Beatriz Nogueira Ribeiro

Conselho de Gestão Estratégica (CGE)

Adriana Ramos, Alex Piaz, Ana Valéria Araújo, André Villas-Bôas, Fábio Endo, Frederico Viegas, Leão Serva, Márcio Santilli, Marina Kahn, Marcos Wesley, Milene Maia Oberlaender, Moreno Saraiva Martins, Raul Silva Telles do Valle, Roberto Rezende, Roberto Santos Almeida e Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Edição e revisão M. Inês Zanchetta

Projeto gráfico e diagramação Ana Cristina Silveira/Anacê Design

Ilustrações Kath Xapi Puri

Apoio à pesquisa de fotos Claudio Tavares

NOSSOS ENDEREÇOS:

São Paulo (sede)

Edifício Metropolitano –
Praça Dom José Gaspar, 134,
12º andar, 01047-912,
Centro Histórico de
São Paulo (SP)
tel: (11) 3515-8900,
isa@socioambiental.org

Altamira

Av. João Pessoa, 3466,
Jardim Independente II,
68372-235, Altamira (PA)
tel: (93) 3515-5749,
isaterradomeio@socioambiental.org

Boa Vista

R. Presidente Costa e Silva,
116, São Pedro, 69390-670,
Boa Vista (RR)
tel: (95) 3224-7068,
isabv@socioambiental.org

Brasília

SHIN, CA 05, Conjunto
J-1, Salas 203 a 216,
Pavimento 1, Lago Norte,
71503-505, Brasília (DF)
tel: (61) 3035-5114,
isadf@socioambiental.org

Canarana

Rua Tuparendi, 521, Centro,
78640-000, Canarana (MT)
tel: (66) 3478-3491,
isaxingu@socioambiental.org

Eldorado

Rua Nove de Julho, 71,
Centro, CEP 11960-000,
Eldorado (SP)
tel: (13) 3871-1697,
isaribeira@socioambiental.org

Manaus

R. Costa Azevedo, 272,
1º andar, Largo do Teatro,
Centro, 69010-230,
Manaus (AM)
tel: (92) 3631-1244,
isamaneus@socioambiental.org

São Gabriel da Cachoeira

R. Projetada, 70, Centro,
69750-000, São Gabriel
da Cachoeira (AM)
tel: (97) 3471-1156,
isasgc@socioambiental.org

Apresentação



Intenso. Com celebrações e muito trabalho. Assim, pode-se resumir o ano de 2024. Para além das múltiplas atividades realizadas pelo Instituto Socioambiental (ISA), o tempo foi de **celebrar** os 30 anos da instituição, **relembrar** e **reforçar** o que de mais importante marcou essas três décadas, enchendo de orgulho e emoção seus fundadores, os que vieram depois e os que continuam a chegar. É esse o quadro que nos caracteriza e nos tornou referência. Por tudo isso, **agradecemos** a antropóloga Neide Esterci, que por 11 anos foi presidente do ISA e que nos deixou no final do ano. Sócia fundadora da instituição, a doçura, gentileza e competência de Neide estão no coração de todos que com ela conviveram. A ela, nossa homenagem.

No centro dos eventos de comemoração dos nossos 30 anos estão: o **livro** *Uma enciclopédia nos trópicos*, com as memórias de um dos fundadores do ISA, o antropólogo Beto Ricardo; o **filme** *Mapear Mundos*, contando como foi a trajetória de Beto, que acaba por se confundir com a própria história do socioambientalismo no Brasil; uma **exposição fotográfica**; a **reunião das equipes** do ISA de todo o Brasil em São Paulo e uma **homenagem** aos parceiros locais. Um **selo comemorativo** desenhado por artistas indígenas e uma grande **confraternização** com a presença de mais de mil convidados também fizeram parte das celebrações.

As **atividades em campo**, por sua vez, enfatizaram a emergência climática. Diversas **oficinas e debates** foram realizados com parceiros indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para **debater o REDD+** (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação). ***Vozes do Clima***, boletim de áudio voltado para povos indígenas e comunidades tradicionais produziu seis episódios, um deles sobre o REDD+.

A **COP da Biodiversidade (COP16)**, realizada na Colômbia, contou com a participação do ISA em debates que demonstraram a importância de povos indígenas e quilombolas – na conservação da floresta e no combate à emergência climática. Vale ressaltar nesse tema que o Redário – articulação que reúne redes e grupos de coletores de sementes pelo Brasil e promove a restauração de áreas degradadas – cresceu, somando 26 redes e grupos.

O ISA acompanhou ainda a tramitação do **Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental**, que praticamente extingue o licenciamento e divulgou ampla campanha contra sua aprovação.

A **Reforma Tributária** gerou uma nota técnica, alertando para o aumento de alíquotas que poderiam incidir sobre produtos da sociobiodiversidade enquanto concedia benefícios fiscais ao agronegócio.

A **parceria** com a Coordenação e Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) resultou em um diagnóstico mostrando as pressões que incidem sobre quase 100% dos territórios quilombolas.

Com apoio do ISA, a Fiocruz realizou **pesquisa** revelando que em nove aldeias da Terra Indígena Yanomami, todos os indígenas estavam contaminados por mercúrio.

No tema da gestão e proteção territorial o destaque foi para a grande **vitória dos indígenas xinguanos**. Depois de sete anos, eles foram ouvidos pelo governo federal. Os xinguanos reivindicavam serem consultados sobre o traçado da BR-242, estrada que os impactava diretamente. A persistência para que fossem ouvidos sobre essa obra, como prevê a Convenção 169 da OIT, por meio da consulta prévia, livre e informada, finalmente, deu resultado. Em fevereiro de 2024, o governo anunciou alteração no traçado original.

O **Sirad-I**, monitoramento dos territórios onde vivem indígenas isolados, por sua vez, demonstrou que o desmatamento persiste nessas áreas apesar de ter se reduzido graças à retomada de operações de fiscalização.

As ações de **parceiros locais** tiveram grande repercussão. O **Especial Memoráveis** reunindo o minidocumentário *Cura*, a quinta edição da *ARU*, revista intercultural da Bacia do Rio Negro e o *podcast A nova doença dos brancos* conta como foi a resistência indígena à pandemia da Covid 19 no Médio e Alto Rio Negro (AM) até a chegada da vacina. Com a Fundação

Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, o ISA assinou um **Acordo de Cooperação Técnica** para fortalecer ações de proteção territorial, de direitos indígenas e promoção de políticas públicas para o Rio Negro.

A realização da **15ª Feira de Sementes e Mudas** dos quilombolas do Vale do Ribeira (SP) mostrou a força da agricultura familiar dos quilombos da região e cobrou das autoridades presentes o cumprimento do decreto de 2003 que determinou a titulação desses territórios e continua emperrada. A **Rede Xingu+** realizou a mostra fotográfica *Os Olhos do Xingu* e, por meio do Sirad-X, monitoramento que mostra o desmatamento e a degradação na Bacia do Xingu (MT/PA), alertou para o garimpo ilegal, o roubo de madeira e as invasões que ameaçam a região.

Em nova edição, o **Mapa das Organizações das Mulheres Indígenas no Brasil 2024**, parceria entre a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) e o ISA, revelou que as indígenas estão organizadas em todos os estados brasileiros e em todos os biomas. A pesquisa identificou 241 organizações – em quatro anos, elas cresceram quatro vezes. O resumo das nossas atividades estão neste relatório.

Boa Leitura!

Adriana Ramos e Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Secretaria executiva

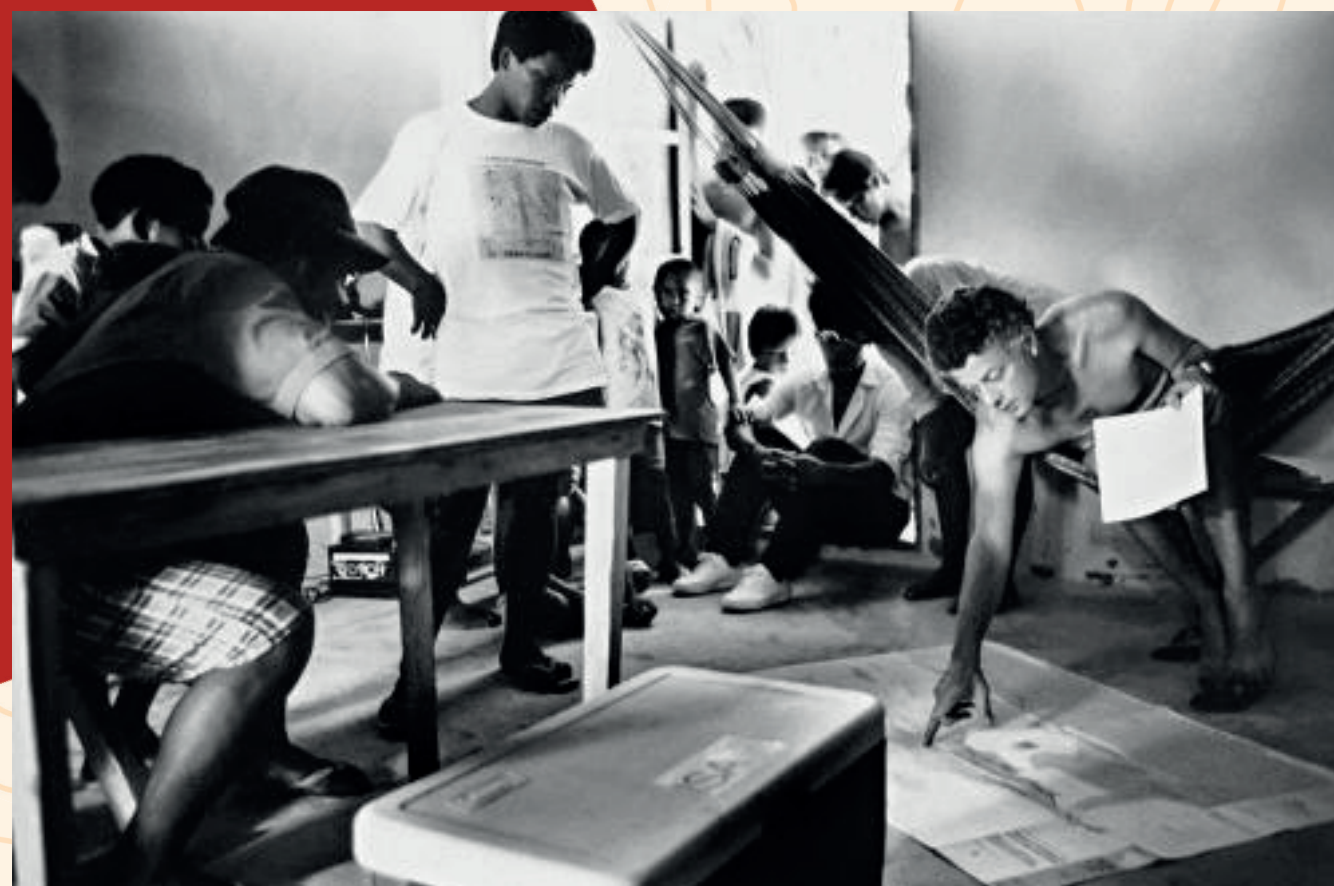
Sumário

ISA 30 anos

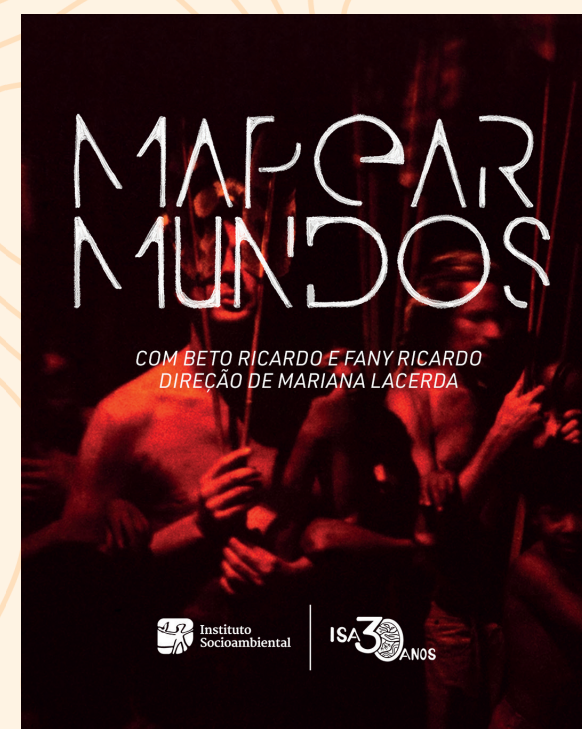
Há 30 anos, Socioambiental se escreve junto

Foto da capa do livro *Uma enciclopédia nos trópicos*.

Beto Ricardo, na rede, aponta lugares no mapa do Rio Negro. Foto: Pedro Martinelli



Fany e Beto Ricardo na pré-estreia do filme para convidados no Cine Sesc em dezembro de 2023, em SP. Foto: Claudio Tavares/ISA



As celebrações dos 30 anos do Instituto Socioambiental (ISA) começaram exatamente no dia 22 de abril, data de sua fundação, e se estenderam ao longo do ano. Um dos herdeiros do legado do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), o ISA foi fundado com base em um conceito inovador, o socioambientalismo. Reuniu ambientalistas e defensores dos povos indígenas e comunidades tradicionais para fazer valer e divulgar o papel fundamental que essas populações desempenham na preservação da floresta em pé. Nesses 30 anos, o ISA se tornou referência em nível nacional e internacional na defesa dos direitos socioambientais, de povos indígenas e das comunidades tradicionais. A primeira comemoração (22/4) foi na loja do ISA, Floresta no Centro, na Galeria Metrôpole, em São Paulo, que reuniu convidados entre colaboradores, amigos e parceiros.

Ainda em abril, foi **lançado o livro** *Uma enciclopédia nos trópicos, Memórias de um socioambientalista*, do antropólogo e um dos fundadores do ISA, Carlos Alberto (Beto) Ricardo com o jornalista Ricardo Arnt. A publicação remete aos anos 1980, quando Beto decidiu questionar – de forma científica – uma falsa verdade propagada pela ditadura militar brasileira que afirmava haver um “vazio demográfico” na Amazônia para tomar terras e expulsar populações. O objetivo era ampliar a fronteira agrícola e a exploração mineral e de energia. Para desmascarar essa política, Beto, sua esposa Fany Ricardo e um grupo de amigos-pesquisadores desenvolveram um sistema próprio e recensearam a população indígena da região. Comprovaram que os indígenas não estavam desaparecendo. Ao contrário, estavam se multiplicando. O livro narra ainda o surgimento do socioambientalismo e a fundação do ISA em 1994.

O **filme** *Mapear Mundos* articula imagens e vídeos do arquivo histórico do ISA com testemunhos atuais para lembrar os passos das organizações da sociedade civil na luta pela garantia dos direitos indígenas durante a ditadura militar – que se instalou em 1964 – criando, assim, as condições para a elaboração do “capítulo dos índios” na Constituição Federal de 1988. Depoimentos e histórias se fundem com a vida e trajetória de Beto e Fany Ricardo, que estão agora gravadas na memória do ISA. O filme **estreou** em São Paulo, em agosto, na Mostra Ecofalante, abriu a Ecofalante em Brasília, em setembro e em outubro, e foi exibido na Ecofalante em Belém (PA).



Selo comemorativo de 30 anos do ISA.

O **encontro anual** que o ISA realiza sempre em dezembro, em São Paulo, foi antecipado para junho, coincidindo com a Assembleia anual dos associados. Durante cinco dias, os 195 colaboradores de todos os escritórios e territórios onde o ISA atua puderam debater as prioridades dos programas para 2025. O local escolhido para receber tanta gente foi a Central 1926, espaço de eventos, no centro da capital paulista. A semana se encerrou com uma festa para mais de mil convidados e colaboradores que celebraram o aniversário do ISA.

Em junho, a **exposição** *ISA 30 anos – Por um Brasil Socioambiental* ocupou dois pisos do Museu A CASA do Objeto Brasileiro, em SP. Composta por materiais audiovisuais, objetos de arte indígena e artefatos expostos em 30 painéis em tecido, a mostra exibiu mais de 100 fotografias para contar a história do socioambientalismo no Brasil. O mapa interativo Terras e Povos Indígenas no Brasil conduziu os visitantes pelos territórios dessas populações com informações acumuladas há décadas pelo ISA e sua rede de colaboradoras e colaboradores.

Em Altamira (PA), em dezembro, um **jantar homenageou os parceiros** do ISA no chão. Apresentação de carimbó, exibição do filme *Mapear Mundos*, assessores do ISA contando um pouco da história da organização e comidas típicas paraenses compuseram o cardápio. Estiveram presentes 120 pessoas entre cantineiros e presidentes das associações da Terra do Meio, presidentes das associações indígenas da região, instituições parceiras, além de personagens históricos que desempenharam papel fundamental na criação das três Reservas Extrativistas da Terra do Meio (Resex Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Xingu), como Sr. Herculano Silva, Sr. Raimundo Belmiro e Sra Antonia Melo. Foi a partir de um estudo realizado em campo, em 2002, atendendo a um edital do Ministério do Meio Ambiente, que o ISA sugeriu a criação das três Resex, apoiou sua implementação e colaborou para que elas se consolidassem. Um **selo comemorativo** feito a partir da identidade visual do ISA trouxe a diversidade de elementos nos territórios de atuação como raízes, animais e as águas, junto da representação de mãos, resgatando o fator humano e lembrando que socioambiental se escreve e constrói junto. As ilustrações são de Kath Xapi Puri, indígena ilustradora e designer e de Wanessa Ribeiro, descendente do povo Guarani, ilustradora autodidata. Uma **coleção de camisetas** com estampas remetendo à biodiversidade dos territórios onde o ISA atua também foi lançada.



Na exposição ISA 30 anos, imagem de 1988 mostra indígenas de diversos povos comemorando o resultado da votação do capítulo sobre seus direitos no primeiro turno na Constituinte. Foto: Beto Ricardo/ISA

Estampa da camiseta remete à pimenta jiquitaia, uma iguaria amazônica produzida nas roças indígenas em São Gabriel da Cachoeira (AM). Foto: Claudio Tavares/ISA



Homenagem

Eterna presidente

Dona de uma doçura e delicadeza raras, **Neide Esterci**, que presidiu o Instituto Socioambiental (ISA) por uma década, estará sempre na memória de todos nós. Mineira de Juiz de Fora, antropóloga, foi professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e uma referência por suas pesquisas na Amazônia e no Nordeste brasileiros, sobre campesinato, populações tradicionais, os efeitos dos projetos de desenvolvimento associados à questão socioambiental e o trabalho escravo contemporâneo.

Foi fundadora do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) onde coordenou o Programa Movimento Camponês e também do ISA.

Neide nos deixou em novembro. Para a também antropóloga e ex-presidente do ISA, Deborah Lima, o trabalho de Neide “é um marco de resistência e denúncia, que continua inspirando novas gerações a lutar por justiça social e dignidade no meio rural”.

Em sentido horário:

Neide Esterci na reunião geral do ISA em dezembro de 2010. Foto: Claudio Tavares/ISA

Neide Esterci fala na “casa dos homens” durante o I Festival de Culturas Xinguanas. Foto: Ana Lúcia Gonçalves/ISA

Da esq. p/ dir: Ana Valéria Araújo, José Carlos de Almeida Libânio, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Ricardo Arnt, Enrique Svirsky, Eduardo Viveiros de Castro, Neide Esterci e André Junqueira Ayres Villas-Bôas, na assembleia de fundação do ISA, no Hotel Fazenda da Serra. Foto: acervo ISA



ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA



Sob o amplo guarda-chuva da adaptação climática estão reunidas as principais iniciativas sobre **restauração ecológica e economia da sociobiodiversidade**, fundamentais para mitigar e enfrentar a emergência climática que vem atingindo os territórios onde o Instituto Socioambiental (ISA) atua e em todo o planeta.

O projeto de restauração ecológica do ISA conta com o trabalho do **Redário**, articulação de 26 redes e grupos de coletores de sementes em todo o Brasil, que contribui efetivamente para restaurar áreas degradadas. A **realização da COP30** em Belém (PA), que se realizará em 2025, mobilizou várias equipes do ISA que organizaram encontros e intercâmbios com povos indígenas e comunidades tradicionais para levantar pautas prioritárias a serem levadas à conferência. Entre elas, a necessidade de incluir nos debates de financiamento climático a **consulta livre, prévia e informada** a essas populações, além de debates e encontros sobre REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal).

Pela primeira vez, a Conferência da Biodiversidade, COP16, que se realizou na Colômbia, incluiu representantes indígenas e de comunidades tradicionais que participaram de debates contando suas experiências no espaço destinado à sociedade civil. O *podcast* “Vozes do Clima”, boletim de áudio lançado pelo ISA para povos indígenas e tradicionais, trouxe em seis episódios as principais informações sobre a pauta climática. **Confira!**

Decisões históricas marcaram a COP da Biodiversidade

Realizada entre 21 de outubro e 2 de novembro em Cali, na Colômbia, a Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (CDB), a COP16, foi marcada por dois acordos históricos: povos indígenas serão incluídos em futuras negociações e decisões sobre a conservação da natureza por meio de um órgão subsidiário; uma cláusula passou a reconhecer – pela primeira vez – a importância do papel dos afrodescendentes na proteção da natureza. Os acordos avançam nas discussões do artigo 8 (j) da CDB pelo qual os países devem respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e povos indígenas com seus modos de vida relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, com repartição dos benefícios oriundos desses saberes e práticas. O Instituto Socioambiental (ISA) participou de debates ressaltando a importância de reconhecer os sistemas de conhecimento agrícolas e os serviços prestados por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais como base de promoção de suas economias, da restauração ecológica e da biodiversidade.

Financiamento climático deve consultar povos indígenas e tradicionais

O livro *Tribunais Brasileiros e o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada*, organizado pelo Instituto Socioambiental



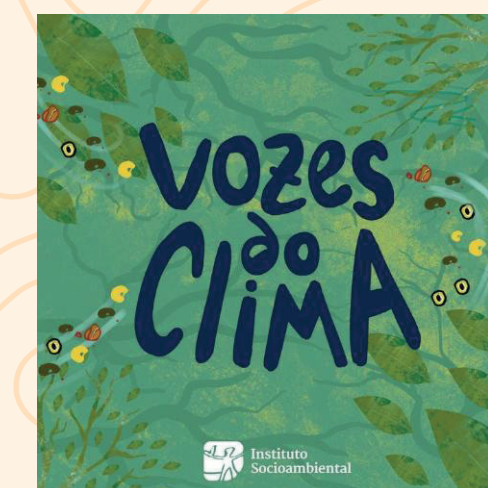
Lançamento do livro Tribunais Brasileiros e o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada no MPF-PA, em Belém. Foto: Lucas Monteiro/Cabron Studios/ISA

(ISA) em parceria com o Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado e o Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental, foi lançado em fevereiro, em Belém (PA), no auditório do Ministério Público Federal, e em Cuiabá (MT), na Fundação Escola Superior do Ministério Público. A publicação analisa as decisões sobre o tema nos Tribunais Regionais Federais (TRFs) de todas as regiões do País, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Os autores apresentaram a publicação e debateram com os presentes. Relataram ainda os desafios que povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais enfrentam na defesa de seus direitos e territórios. Entre eles, a dificuldade para garantir a consulta em todas as

fases de projetos de infraestrutura e em discussões sobre mecanismos de financiamento climático em seus territórios, como mercados de carbono e programas jurisdicionais de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+). O tema da consulta deverá ser levado para as discussões sobre financiamento climático da COP30 (a Conferência do Clima das Nações Unidas) que ocorrerá em novembro de 2025, em Belém.

“Vozes do Clima” traz informações para povos indígenas e tradicionais

Foram seis episódios que começaram a ser veiculados em junho. O primeiro ouviu lideranças indígenas sobre os impactos da emergência climática durante o 20º Acampamento Terra Livre (ATL) realizado em Brasília, em abril. O segundo episódio discutiu os impactos da emergência climática em territórios quilombolas e debates do Aquilombar, encontro nacional dos quilombolas. O terceiro abordou mudanças climáticas e mercado de carbono discutidos durante a assembleia da Rede Xingu+, parceira do ISA. O quarto episódio tratou de uma oficina de intercâmbio entre lideranças indígenas, quilombolas e extrativistas



realizada em Belém sobre a regulação do mercado de crédito de carbono de Mato Grosso e Pará e programas jurisdicionais de REDD+. O REDD+ jurisdicional se refere a uma área geográfica específica, como um país,

estado ou município, onde um governo tem o poder ou a competência para estabelecer projetos de carbono e metas de redução de desmatamento. O quinto episódio focou nas salvaguardas para garantir direitos em projetos de crédito de carbono com avaliações de lideranças presentes ao seminário Salvaguardas de REDD+ no Brasil, organizado pelo ISA e Instituto Centro de Vida (ICV), com apoio do Environmental Defense Fund. As lideranças acompanham as discussões sobre o assunto na Conaredd (Comissão Nacional para REDD+), no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. O ISA e outras organizações da sociedade civil integram a comissão. O sexto episódio apresentou os resultados da COP29, a Conferência do Clima realizada em Baku, no Azerbaijão e abordou os desafios para a COP30.

Série “Carbono: o que você precisa saber” chega ao quinto episódio

Em parceria com a Rede Xingu+, o ISA lançou novo episódio da série de animação “Carbono: o que você precisa saber”. O novo vídeo fala sobre programas jurisdicionais REDD+ e de que forma isso impacta a vida de povos indígenas e comunidades tradicionais. Explica ainda que pelo mecanismo REDD+, países que mantêm suas florestas em pé recebem dinheiro de outros países, em geral emissores históricos de carbono e outros gases de efeito estufa. Também diferencia os chamados projetos locais dos projetos jurisdicionais, tema do quinto episódio e conta as experiências de Mato Grosso, que já tem o seu programa

jurisdicional, e do Pará, que está em fase de elaboração em conexão com lideranças indígenas, quilombolas e extrativistas. Lançada em dezembro de 2023 com uma introdução ao mercado de crédito de carbono, a série contribui para que se entenda de que forma o desmatamento está acelerando as mudanças climáticas e sua relação com o carbono e outros gases na atmosfera, além das soluções propostas para diminuir o aquecimento do planeta.

Redário realiza III Encontro e participa de Conferência sobre restauração

Em julho, o **Redário**, articulação de redes e grupos de coletores de sementes nativas, promoveu seu terceiro encontro em parceria com o Centro de Formação D. José Rodrigues, do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA. Cerca de 150 pessoas – técnicos, pesquisadores, parceiros – participaram do evento em Juazeiro (BA). Destes, 70 eram coletores, representantes das redes já articuladas e de outras em processo de articulação – sendo cinco do semi-árido.

A cidade também recebeu a V Conferência Brasileira de Restauração Ecológica (Sobre 2024) que aconteceu após o encontro. Foram validados processos internos e estreitamento dos laços entre as redes, realizadas visitas em áreas de restauração do bioma Caatinga e uma oportunidade para se conhecer tecnologias sociais do semi-árido. Coletores de sementes e restauradores de diversos biomas



Participantes do III Encontro do Redário formam a espiral em alusão ao símbolo da iniciativa. Foto: Paulo Plá/Redário/ISA

trocaram experiências e foram ampliadas as conexões com o mercado da restauração. Um plantio de muvuca foi realizado além de uma feira de troca de sementes. Na sequência, a programação da Conferência contou com a participação de representantes do Redário, que foi tema do evento.

ISA promove intercâmbio entre redes de coletores de sementes da Amazônia e a Rede de Sementes do Xingu

Em agosto, redes da Terra do Meio (PA) e de Roraima, articuladas ao Redário e apoiadas diretamente pelo ISA, foram para Nova Xavantina (MT) para conhecer o funcionamento da Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX). O intercâmbio reforçou a importância do trabalho



Intercâmbio rede de sementes Terra do Meio, Roraima com a rede do Xingu. Foto: Milene Alves

em rede para o desenvolvimento das cadeias produtivas da restauração e da sociobiodiversidade. Também proporcionou a troca de experiências entre os coletores em diferentes estágios de desenvolvimento, contribuiu para a capacitação em gestão e para o beneficiamento, armazenamento, coleta e uso das casas de sementes. Os participantes também puderam conhecer áreas restauradas e os quintais produtivos dos coletores da ARSX.

Indígenas, quilombolas e extrativistas trocam experiências sobre REDD+ jurisdicional

Organizado pelo ISA com apoio do Environmental Defense Fund (EDF), o intercâmbio realizado em Belém contou com a participação de lideranças indígenas, quilombolas

e extrativistas, que representaram a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca (Acorquerim), a Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (Fepipa), a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – Malungu, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e a Rede Xingu+. Consulta prévia, livre e informada, repartição de benefícios, salvaguardas socioambientais e governança em programas de REDD+ foram debatidos durante três dias. A ideia do intercâmbio partiu de uma demanda das redes dos povos e comunidades tradicionais que acompanham a elaboração do programa do Pará, para entender como se deu o processo de construção do programa de REDD+ em Mato Grosso. O REDD+ jurisdicional se refere a uma área geográfica específica, como um país, estado ou município, onde um governo tem o poder ou a competência para estabelecer projetos de carbono e metas de redução



Lideranças de organizações de povos e comunidades tradicionais do Mato Grosso e do Pará debatem REDD+ jurisdicional. Foto: Leonor Costa/ISA



Sementes nativas são oneradas pela tributação enquanto a cadeia da soja e suas sementes recebem subsídios. Foto: Rodrigo Carvalho Gonçalves/Redário/ISA

de desmatamento. Ao final, os participantes indicaram a necessidade de se articularem para dialogar sobre ações e iniciativas que envolvem o mercado de crédito de carbono no Brasil e as formas de enfrentar a emergência climática.

Tributação sobre comércio de sementes nativas inviabiliza metas de restauração

A produção de sementes nativas, essencial para a restauração de ecossistemas em grande escala no Brasil, enfrenta a elevada carga tributária que incide sobre sua produção e comercialização. A nota técnica *Tributação da cadeia produtiva de sementes nativas para a restauração de*

ecossistemas no Brasil, elaborada pelo Redário – articulação composta por 26 grupos e redes de coletores de sementes de base comunitária, explica as dificuldades enfrentadas pelo setor. Produzido pelo ISA, Rede de Sementes do Cerrado (RSC) e outras organizações do setor, o documento traz recomendações sobre a implementação de benefícios fiscais e isenção de impostos para produtores de sementes nativas e outros elos da cadeia da restauração. Dessa forma, o Brasil poderá cumprir metas de restauração assumidas em acordos internacionais na velocidade e escala necessárias. A nota propõe ainda a flexibilização dos impostos e ressalta que a tributação brasileira concede renúncias fiscais, subsídios e isenções para a cadeia da soja, inclusive suas sementes, mas onera produtores de sementes nativas. O documento foi entregue à Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg), que o ISA integra.

Rede Terra do Meio busca novas trilhas para produtos e serviços da floresta

Beiradeiros, agroextrativistas e indígenas ampliaram formas de valorização de sua economia e modos de vida durante o 11º Encontro da Rede Terra do Meio, realizado em Altamira (PA), em dezembro. Das 39 organizações que compõem o coletivo, 31 delas estiveram presentes representando nove territórios indígenas, as reservas extrativistas Xingu, Riozinho do Anfrísio e Iriri e a Associação Agroextrativista Sementes da Floresta (Aasflor). Durante o encontro, foi aprovado o Fundo Terra do Meio que contará com recursos



de projetos, doações e pagamentos por serviços ambientais (PSA), para executar ações ligadas às estratégias e objetivos da Rede. Promoverá ainda atividades de governança, estruturas coletivas e manejo, com previsão de recursos para emergências. O fundo será marcado pela transparência e utilizado com base em critérios claros, aprovados coletivamente.

Valores de produtos foram redefinidos e também debatidos o aprimoramento da coleta de sementes e comercialização para restauração e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O governo do Pará apresentou proposta de projeto para pilotar e desenvolver mecanismos de Pagamentos por Serviços Territoriais e Ambientais (PSTA) – voltado para territórios coletivos.

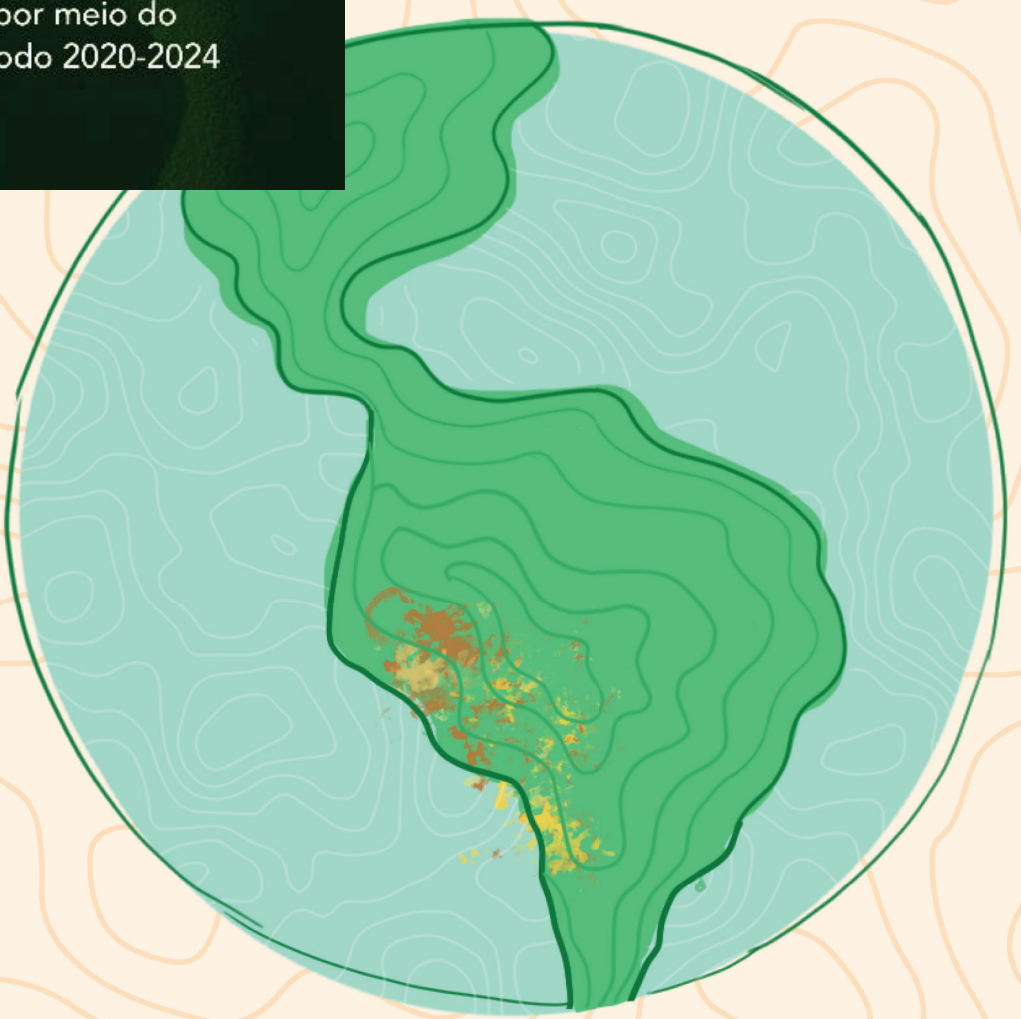


Jeferson “Camarão” Straatmann fala durante encontro que reuniu representantes de 31 organizações, três Resex e nove Terras Indígenas. Foto: Ana Amélia Hamdan/ISA

Como o Brasil levou o clima aos tribunais

Organizado pelo Observatório do Clima (OC) e lançado em outubro, no auditório da OAB em Brasília, o livro *Litígio Estratégico Climático em Rede – Experiências contra retrocessos ambientais por meio do Judiciário no período de 2020-2024* reúne nove artigos de advogados de organizações da sociedade civil e de partidos políticos que participaram de mais de uma dezena de ações na Justiça em reação a atos

inconstitucionais do governo de Jair Bolsonaro. Entre os autores está o consultor jurídico do ISA, Maurício Guetta ao lado de Angela Barbarulo, Fábio Takeshi Ishisaki, Lucas e Silva Batista Pilau, Luiz Carlos Ormay Júnior, Nicole Figueiredo, Paulo Busse e Vivian Ferreira.



Coletora beneficia sementes de jatobá em Bom Jesus do Araguaia (MT). Foto: Tui Anandi/ISA

Organizações sugerem que Planaveg seja mais abrangente

O ISA, a Rede de Sementes do Cerrado e a Agroicone, organizações com ampla experiência em restauração ecológica e engajamento comunitários, enviaram suas contribuições para a consulta pública da segunda edição do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) 2025-2028. O Plano é o principal instrumento para implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, a Proveg, que pretende recuperar a vegetação nativa de, no mínimo, 12 milhões de hectares até 31 de dezembro de 2030. Entre as propostas submetidas à consulta pública estão a necessidade de uma abordagem mais ampla que incluía, além dos ecossistemas

florestais, os ecossistemas não-florestais – como Cerrado e Caatinga – muitas vezes negligenciados em planos de restauração. A recomendação é que o Planaveg incluía todos os ecossistemas naturais, não só florestas e que as comunidades tradicionais sejam valorizadas além de fornecedoras de insumos e mão de obra.

ATUAÇÃO POLÍTICA

A resistência do movimento indígena foi celebrada na **20ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL)**, promovido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Nesses 20 anos, o Instituto Socioambiental (ISA) tem apoiado a realização do ATL que em 2024 teve como pauta o direito à terra. Marco Temporal, garimpo ilegal, agenda anti-indígena no Congresso Nacional foram temas de protestos, além de preocupações com a emergência climática. Da mesma forma, o ISA apoiou o **II Encontro Nacional dos Quilombolas, o Aquilombar**, organizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Negras (Conaq) com o tema “Ancestralizando o Futuro”.

Em janeiro de 2024, o ISA ingressou com pedido de *amicus curiae* no STF contra a lei do **Marco Temporal**, em ação com a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib) e diferentes partidos políticos contra a lei. O Marco Temporal, que determina a data da promulgação da Constituição (5/10/1988), como parâmetro para a demarcação de Terras Indígenas (TIs), foi aprovado como lei pelo Congresso no final de 2023, apesar de ter sido considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No Legislativo, o ISA acompanhou a tramitação do **Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental** que praticamente extingue o licenciamento e promoveu ampla campanha contra sua aprovação. Com outras organizações da sociedade civil o ISA entrou também como *amicus curiae* no STF para acompanhar a tramitação da **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei nº 14.785**, aprovada no final de 2023, apelidada de Lei do Pacote do Veneno, que flexibilizou a regulamentação dos agrotóxicos no Brasil. **Confira!**

20 anos de resistência da maior mobilização indígena do país

Tradicionalmente como o faz no mês de abril há 20 anos, o movimento indígena montou o Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, para celebrar a resistência, denunciar retrocessos em direitos fundamentais e protestar contra o Marco Temporal e as agendas anti-indígenas no Congresso. Nessas duas décadas, o Instituto Socioambiental (ISA) apoiou a realização do ATL desde o primeiro, em 2004. Veja os principais temas na pauta 2024.

Marco Temporal

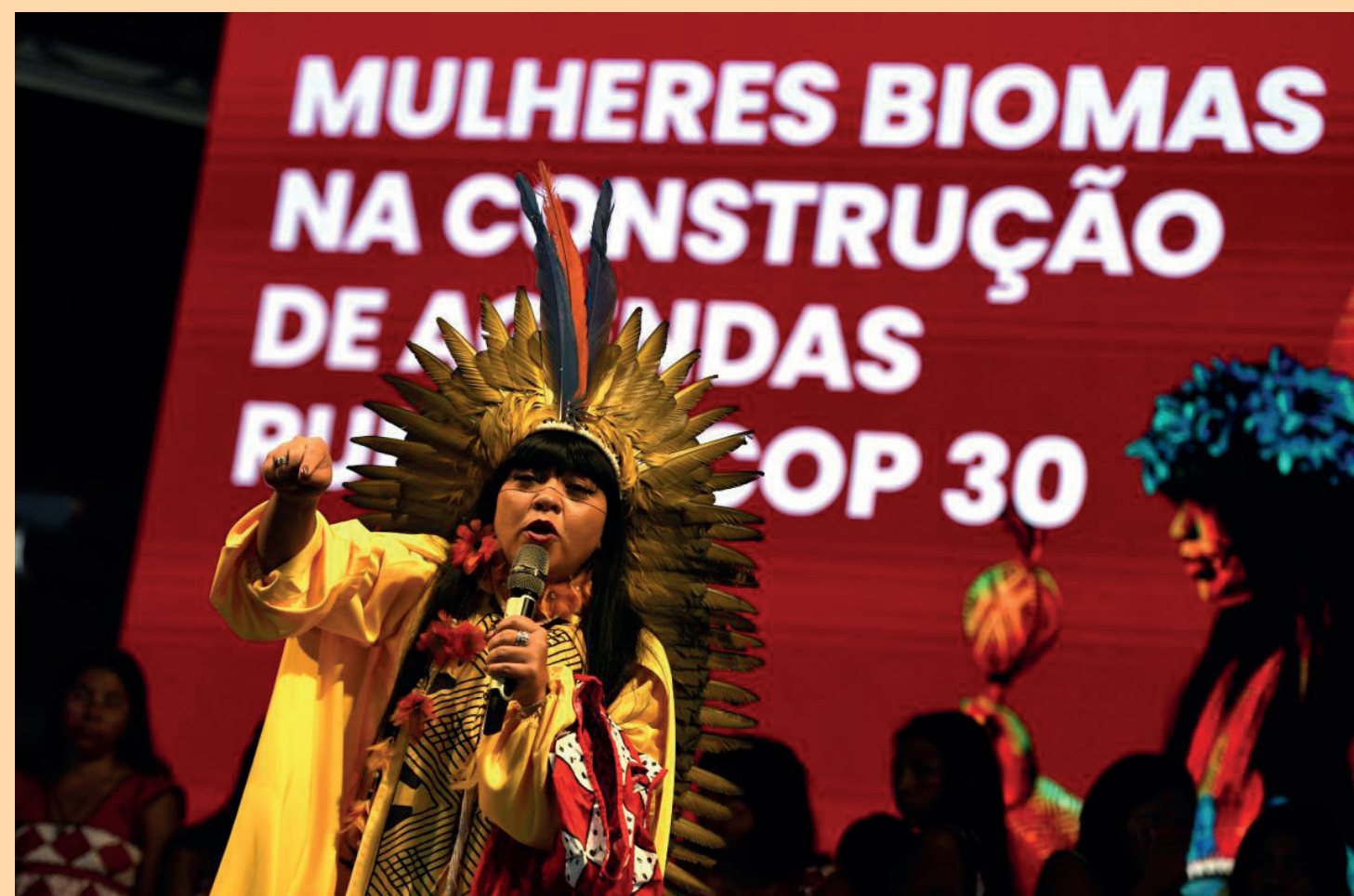
Os milhares de indígenas presentes no acampamento, além de participarem de intensos debates sobre as questões que ameaçam seus direitos, marcharam pela cidade até chegar ao Congresso, protestando contra o Marco Temporal. Na sede do Legislativo, ocorreu uma sessão solene liderada pela deputada federal Célia Xakriabá (PSOL-MG). “Nunca mais um Brasil sem nós!”, disse a presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, lembrando que no primeiro ATL, em 2004, os povos indígenas trouxeram a mesma demanda, a demarcação de suas terras.

Emergência climática

A pauta climática foi prioridade nas discussões do ATL. O debate “Mulheres Bioma na construção de agendas rumo à COP 30”, organizada pela Articulação Nacional de Mulheres



Indígenas acampados no ATL marcham pelas ruas de Brasília em defesa de seus direitos fundamentais. Foto: Lucas Landau/ISA



A deputada federal Célia Xakriabá (PSOL-MG) fala na plenária sobre biodiversidade e demarcação de terras. Foto: Lucas Landau/ISA

Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), contou com a participação de lideranças de diversos povos. Em plenária, elas apresentaram soluções para enfrentar a emergência climática incluindo a demarcação e a preservação das Terras Indígenas, e a proteção das mulheres. Lideranças indígenas internacionais que atuam com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e outras organizações brasileiras debateram os desafios e consequências das mudanças climáticas que afetam os territórios e o modo de vida dos indígenas. Defenderam a unidade dos povos indígenas de todo o mundo em defesa de seus direitos nas agendas do clima e da biodiversidade.

Garimpo ilegal

Integrantes da Aliança em Defesa dos Territórios, formada em 2021 pelos Kayapó, Yanomami e Munduruku, relataram os impactos da atividade ilegal em seus territórios e pediram providências. Em audiência pública no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em reunião com a presidente da Funai, Joenia Wapichana, pediram apoio para ações de proteção nos territórios. Em debate em uma das tendas do ATL, eles denunciaram a presença de facções criminosas em suas terras com armamentos pesados como fuzis e metralhadoras. Além disso, o uso do mercúrio no garimpo vem contaminando aldeias inteiras. Pesquisa realizada pela Fiocruz e pelo ISA em 2024 registrou a contaminação por mercúrio de todos os Yanomami de nove aldeias na região do Alto Rio Mucajaí (RR). (veja Estudos e notas técnicas, p. 22)



Vanessa Antunes, do povo Kaingang da Terra Indígena Toldo Imbu, mobilizada contra o “Marco Temporal” na III Marcha das Mulheres Indígenas, em 2023. Foto: Webert da Cruz Elias/ISA

Amicus curiae contra o Marco Temporal

O Instituto Socioambiental (ISA) apresentou pedido de ingresso como *amicus curiae* (amigo da corte, figura jurídica que apresenta informações e subsídios para o julgamento) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contestando o Marco Temporal, que condiciona o direito territorial indígena à ocupação dos territórios na data da promulgação da Constituição Federal (05/10/1988). Julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2023, o Marco Temporal foi votado e aprovado pelo Congresso Nacional – Lei n.º 14.701/2023. A ADI foi apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e por partidos políticos. Em seu pedido, o ISA argumentou que além de exibir

inconstitucionalidades formais e materiais, a lei ameaça as áreas mais ambientalmente preservadas do país: as terras e reservas indígenas. Tramitam no STF cinco ações pedindo a inconstitucionalidade da lei.

Aquilombar e a herança ancestral afro-brasileira

A segunda edição do Aquilombar, organizada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) com apoio do ISA, reuniu em Brasília, em maio, cerca de três mil quilombolas de todo o Brasil. Foi uma oportunidade para que eles compartilhassem experiências, saberes e contribuíssem para a preservação e o fortalecimento da herança cultural ancestral afro-brasileira. O tema do encontro foi “Ancestralizando o futuro” e também incluiu pautas como o direito à terra, o combate ao racismo,



Quilombolas marcham pelas ruas de Brasília em direção ao Congresso Nacional durante o Aquilombar 2024. Foto: Matheus Soares

a garantia de direitos básicos, a preservação ambiental e a urgência em avançar em políticas para os quilombos. Os quilombolas também levaram ao Congresso Nacional suas reivindicações. A principal delas foi a titulação de seus territórios determinada pelo Decreto nº 4.887/2003 há mais de 20 anos, que regulamenta o procedimento. Ainda assim, o decreto enfrenta dificuldades para ser efetivado. Das quase seis mil comunidades quilombolas no país, habitadas por 1,3 milhão de pessoas, apenas 147 são tituladas.

A conciliação de Gilmar Mendes

Em abril, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, suspendeu os processos relacionados à Lei nº 14.701/2023 que tramitam na Corte contra o Marco Temporal.



Da esq. p/ a dir.: Judite Guajajara, advogada da Coiab, Kleber Karipuna e Maurício Terena, ambos da Apib. Foto: Adriano Machado/ Greenpeace

O ISA é *amicus curiae* em alguns desses processos. Mendes, relator dos processos, propôs uma comissão de conciliação para resolver o conflito. Considerado inconstitucional pela Corte em 2023, o Projeto de Lei do Marco Temporal foi aprovado pelo Congresso em setembro daquele ano. Em dezembro, a lei foi promulgada após o Congresso derrubar quase todos os vetos do presidente Lula ao texto original desafiando a decisão do tribunal. A lei determina que só têm direito ao território tradicional os indígenas que comprovem sua presença no local na data da promulgação da Constituição (5/10/1988). Possibilita ainda a realização de obras em Terras Indígenas sem consulta e a abertura dessas terras para o arrendamento. A primeira audiência de conciliação, em agosto, foi marcada por violações aos direitos indígenas, com representantes indígenas sendo impedidos de entrar no tribunal. A situação foi resolvida com a interferência do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF. Depois da abertura, Mendes se retirou deixando em seu lugar dois juízes auxiliares: Diego Viegas Vera e Lucas Faber. Os indígenas pediram a suspensão da lei, que continua em vigor, para evitar mais ameaças, mas sem sucesso. No início da noite, Viegas informou que precisava se ausentar e saiu antes do término da audiência. No final de agosto, durante a segunda audiência, a Apib se retirou da comissão de conciliação.

ISA se posiciona contra a lei do Veneno

Organizações da sociedade civil que no início de agosto deram apoio técnico e jurídico à contestação da Lei nº 14.785



Pulverização aérea de agrotóxicos em Pedro de Toledo, Vale do Ribeira (SP). Foto: Maurício de Carvalho Nogueira/ISA

no STF, entraram com pedido de *amicus curiae* (amigo da corte), para acompanhar a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7710. A nova lei impõe graves retrocessos e risco ao flexibilizar o equilíbrio ambiental e a saúde de milhões de brasileiros. Requereram participação o Observatório do Clima (OC), o Greenpeace Brasil e o ISA. A ADI foi protocolada por partidos políticos, centrais sindicais e associações de trabalhadores rurais. Os autores pedem que seja reconhecida sua inconstitucionalidade antes do encerramento do julgamento por meio de medida cautelar. O Brasil já é o país líder em uso de agrotóxicos, com casos crescentes e alarmantes de intoxicação; a nova legislação agrava esse cenário.

Em campanha, organizações pedem rejeição do PL da Devastação

No final de outubro, organizações da sociedade civil, o ISA entre elas, lançaram campanha em plataforma digital para

pressionar o Congresso a rejeitar o Projeto de Lei nº 2.159/2021 que destrói o licenciamento ambiental e que, se aprovado no Senado, agravaria a emergência climática. A mobilização reivindicava ainda que o Senado apresentasse uma proposta mais equilibrada do ponto de vista socioambiental. Apelidado de PL da Devastação pelos ambientalistas, se virar lei, pode provocar o aumento do desmatamento, da ocorrência de extremos climáticos, da poluição e da contaminação da água, além de multiplicar o risco de novos crimes socioambientais de grandes proporções.

ISA e Direito FGV lançam livro e promovem seminário sobre licenciamento ambiental

No final de novembro, a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e o ISA lançaram em São Paulo o livro *Licenciamento ambiental e crise federativa: guerra antiambiental e descontrole judicial*. A publicação analisa possíveis impactos da aprovação do Projeto de Lei em tramitação no Senado que destrói o licenciamento ambiental e favorece desastres ambientais como os causados pelo rompimento de barragens de minérios em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. O evento integrou um seminário sobre o tema na Escola de Direito da FGV-SP com a presença de alguns dos maiores especialistas do país em legislação ambiental. O consultor jurídico do ISA, Mauricio Guetta, participou da mesa “Desafios do regime federativo do licenciamento ambiental”.

GESTÃO E PROTEÇÃO TERRITORIAL



Os indígenas xinguanos comemoraram uma significativa vitória em 2024. Depois de sete anos conseguiram **alterar a proposta de traçado** da BR-242, ouvidos, finalmente, pelo governo que reconheceu-lhes o direito à consulta prévia, livre e informada sobre obras que venham a impactá-los. As **ameaças ao corredor** de áreas protegidas do Xingu foram tema de encontro da Rede Xingu+, na Reserva Extrativista Rio Iriri, na Terra do Meio (PA). Dados do Sirad X – que monitora o desmatamento no Xingu – mostraram desaceleração no desmate em 2023, mas desafios persistem com roubo de madeira, invasões, garimpo ilegal.

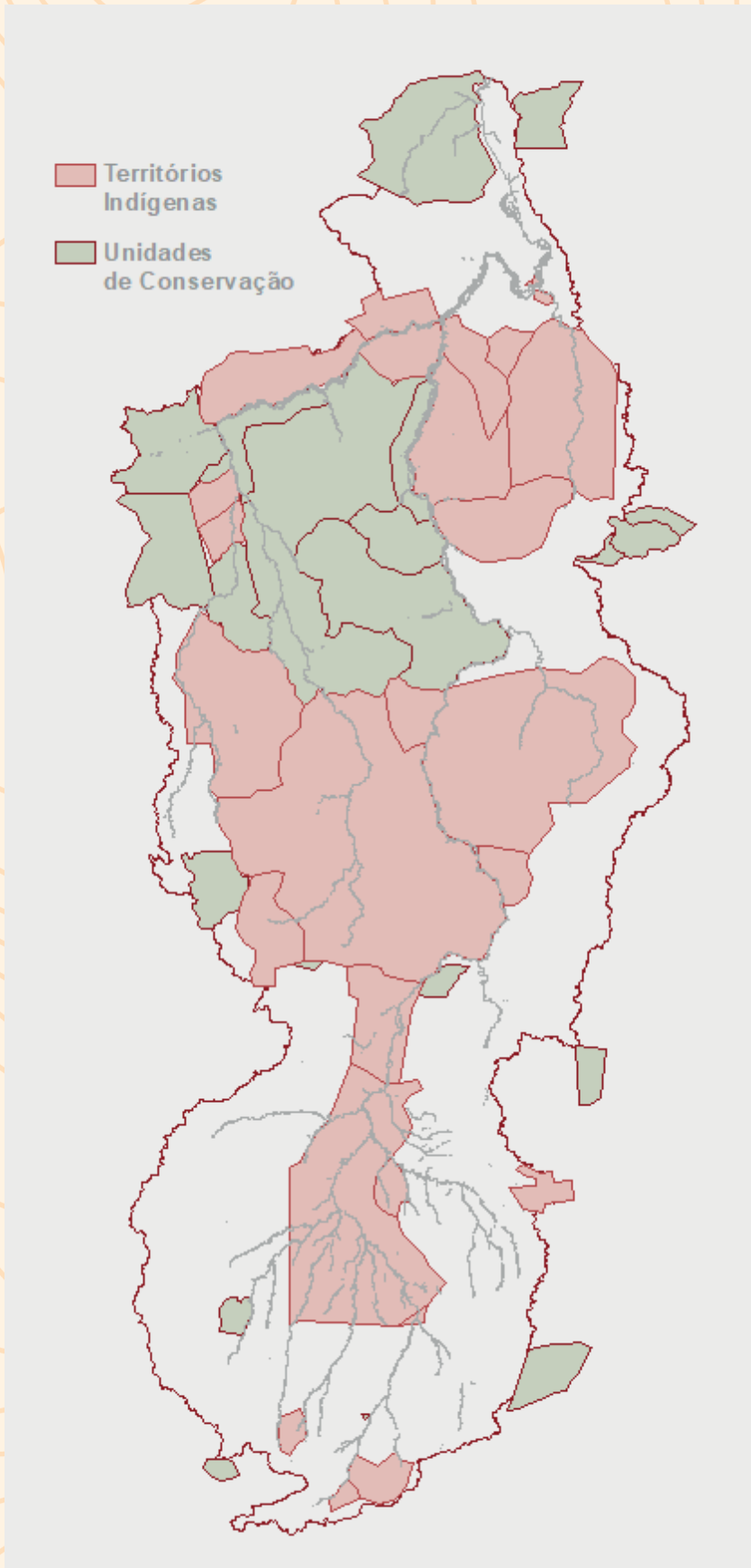
Os resultados de dois **boletins Sirad-I**, o anual de 2023 e o do primeiro trimestre de 2024, divulgados em agosto pelo ISA, revelaram que o desmatamento em áreas de povos indígenas isolados continua, causado por atividades garimpeiras. O Sirad-I monitora a devastação em Terras Indígenas (TIs) com presença de isolados. No primeiro trimestre do ano, o Sirad-I apontou redução de 75,14% no desmate das áreas monitoradas em relação ao mesmo período de 2023.

Em maio, mais de 60 lideranças quilombolas de todo o Brasil reuniram-se, em Brasília, para debater a **implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola**. Embora instituída em novembro de 2023, o Comitê Gestor, responsável por planejar e coordenar sua execução ainda não tinha sido implementado. Mais 24 encontros estavam previstos com comunidades quilombolas do Brasil para informá-las sobre essa política.

Rede debate gestão territorial e ameaças ao corredor de áreas protegidas do Xingu

Em março, os conselheiros da Rede Xingu+ reuniram-se em Brasília para debater os desafios enfrentados na gestão territorial e as ameaças ao corredor de áreas protegidas do Xingu. Também definiram as pautas e as comitivas que participariam do 6º Encontro da Rede Xingu+, que ocorre a cada dois anos. Consolidada em 2019 devido ao avanço das ameaças e pressões ao Xingu com a chegada do governo Bolsonaro, a Rede Xingu+ demonstrou nos últimos anos que sua estratégia de atuação é fundamental para a proteção da região (MT/PA). A Rede é composta por 53 organizações – 48 locais e cinco da sociedade civil – que atuam na região. A secretaria executiva é exercida pelo Instituto Socioambiental (ISA).

O 6º Encontro aconteceu em maio, na comunidade São Francisco, na Reserva Extrativista (Resex) Rio Iriri, na Terra do Meio (PA). Indígenas, ribeirinhos e extrativistas vindos do Território Indígena do Xingu (TIX), de outras Terras Indígenas (como os Kayapó, os Panará, os Xikrin entre tantos outros) e das Resex Riozinho do Anfrísio e Xingu, chegaram unidos na defesa de seus territórios, culturas e direitos. A eles se juntaram parceiros históricos que atuam na bacia. O Corredor de Sociodiversidade do Xingu – nove Unidades de Conservação e 22 Terras Indígenas – é essencial para barrar a destruição das florestas e dos territórios. Mesmo assim, dados do Sirad X – que monitora o desmatamento na região – dão conta de que entre 2019 e 2022, período do governo Bolsonaro, mais de 200 árvores foram derrubadas por minuto. Os relatos vindos dos territórios



confirmam as análises extraídas das imagens de satélites: roubo de madeira, invasões, garimpo ilegal. Apesar de as últimas medições do Sirad-X demonstrarem que a devastação desacelerou em 2023, os desafios persistem e o Xingu segue sob pressão, mas unido.



Do norte ao sul do Xingu, indígenas e ribeirinhos se reuniram na Resex Rio Iriri para a 6ª Assembleia da Rede Xingu+. Foto: Kamikia Kisedje/ISA

Garimpos seguem em atividade em Terras Indígenas com isolados

Em agosto, o Instituto Socioambiental (ISA) divulgou os boletins do Sistema de Alerta de Desmatamento em Terras Indígenas com Registros de Povos Isolados: o Sirad-I Anual 2023 e o Sirad-I Janeiro/Março de 2024, produzidos em parceria com o Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (Opi). Os dados indicam que apesar da queda no desmatamento da Amazônia nesses períodos, as Terras Indígenas (TIs) com presença de isolados continuaram sendo invadidas por garimpeiros. Alguns exemplos são: TI Zoró (MT) com aumento de 88% em 2023 em relação a 2022 e indícios de mineração ilegal; TI Munduruku, onde em 2023, 90% do desmate foi causado pelo garimpo ilegal; já nos primeiros meses de 2024 houve redução na atividade garimpeira, mas a expansão de áreas degradadas indica a presença de invasores. Os dados revelam ainda redução de

Dez Terras Indígenas mais desmatadas de 2023

Nome da Área	Área Desmatada (ha)
TI Piripkura - MT	216,10
TI Araribóia - MA	166,84
TI Mundurucu - PA	138,05
TI Uru-Eu-Wau-Wau - RO	97,89
TI Alto Turiaçu - MA	66,37
TI Arara do Rio Branco - MT	48,85
TI Zoró - MT	45,40
TI Caru - MA	26,28
TI Igarapé Lourdes - RO	15,39
TI Pirititi - RR	12,05

Sirad-I/ISA

75,14% no desmatamento em 2024 em relação ao mesmo período de 2023. Pode ser indício da retomada da proteção nessas áreas monitoradas, com operações para retirada de invasores.

Movimento quilombola e governo debatem Política de Gestão Territorial e Ambiental

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) em parceria com o ISA e o Ministério da Igualdade Racial (MIR) promoveu oficina em Brasília, em maio, com mais de 60 lideranças quilombolas de todo o país para debater a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ). A oficina integrou a segunda edição do Aquilombar (*ver Atuação Política, pg. 14*) e marcou o início de encontros que serão realizados nos 24 estados brasileiros com registros oficiais de comunidades quilombolas para



Raquel Pasinato, assessora do ISA, durante a oficina em Brasília.
Foto: Tauani Lima/ISA

instruí-las sobre essa política. Desenvolvida em colaboração com diversas lideranças quilombolas e ministérios do governo, a política visa a proteção e gestão ambiental dos territórios quilombolas. Instituída em novembro de 2023, após dez anos de construção e intensa mobilização do movimento quilombola, essa conquista aguardava ainda a formação do Comitê Gestor responsável por planejar, coordenar, articular, monitorar e avaliar a execução da PNGTAQ.

Sistema de alertas revela que 70% das denúncias na Terra Indígena Yanomami são de invasões

Alimentada pelos próprios indígenas, a ferramenta de proteção territorial foi desenvolvida pela Hutukara Associação Yanomami, Unicef e o Instituto Socioambiental (ISA). Em junho foram divulgados os dados da primeira fase do projeto em 19 regiões da Terra Indígena Yanomami (TIY) totalizando 70 denúncias desde a sua implementação, entre março de 2023 e abril de 2024. Sete em cada 10 denúncias são relativas a atividades praticadas por não indígenas no território, incluindo garimpeiros. O projeto apoia comunidades Yanomami e ajuda a denunciar invasões, situações de saúde (desnutrição e surtos de malária) e a gerir o território. Também se refere a relatos de incêndios e água contaminada. O financiamento é da União Europeia por meio do Departamento de Proteção Civil e Ajuda Humanitária (ECHO, na sigla em inglês) e tem o objetivo de aumentar a resiliência e fortalecer a autonomia das comunidades com a integração de um sistema que respeite seu contexto e conhecimento.

Depois de 7 anos, governo ouve xinguanos e altera traçado da BR-242

Resultado da luta dos povos do Xingu por seu direito à consulta prévia, livre e informada, a vitória veio em 2024, sete anos depois. Em 2017 caciques e lideranças indígenas enviaram carta ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit) reivindicando serem consultados sobre o traçado planejado para a BR-242. A proposta original impactava áreas de floresta na região das nascentes do Rio Xingu (no trecho que ligaria os municípios mato-grossenses de Querência e Gaúcha do Norte), além de lugares sagrados, caso de Kamukuwaká, sítio arqueológico tombado em 2010 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), entre Gaúcha do Norte e o Distrito de Santiago do Norte. Apesar



Cacique Yapatiamá Waurá assina encaminhamento para a BR-242 durante a reunião de Governança Geral do Xingu, em julho de 2023. Foto: Piratá Waurá/ISA

de tombado, o local é desprotegido e sofre com constantes invasões de pescadores. Em 2018, o principal painel de arte rupestre de Kamukuwaká foi depredado em ação criminosa. Inquéritos foram abertos pelo Ministério Público, mas ninguém foi responsabilizado e nenhuma ação reparatória foi proposta.

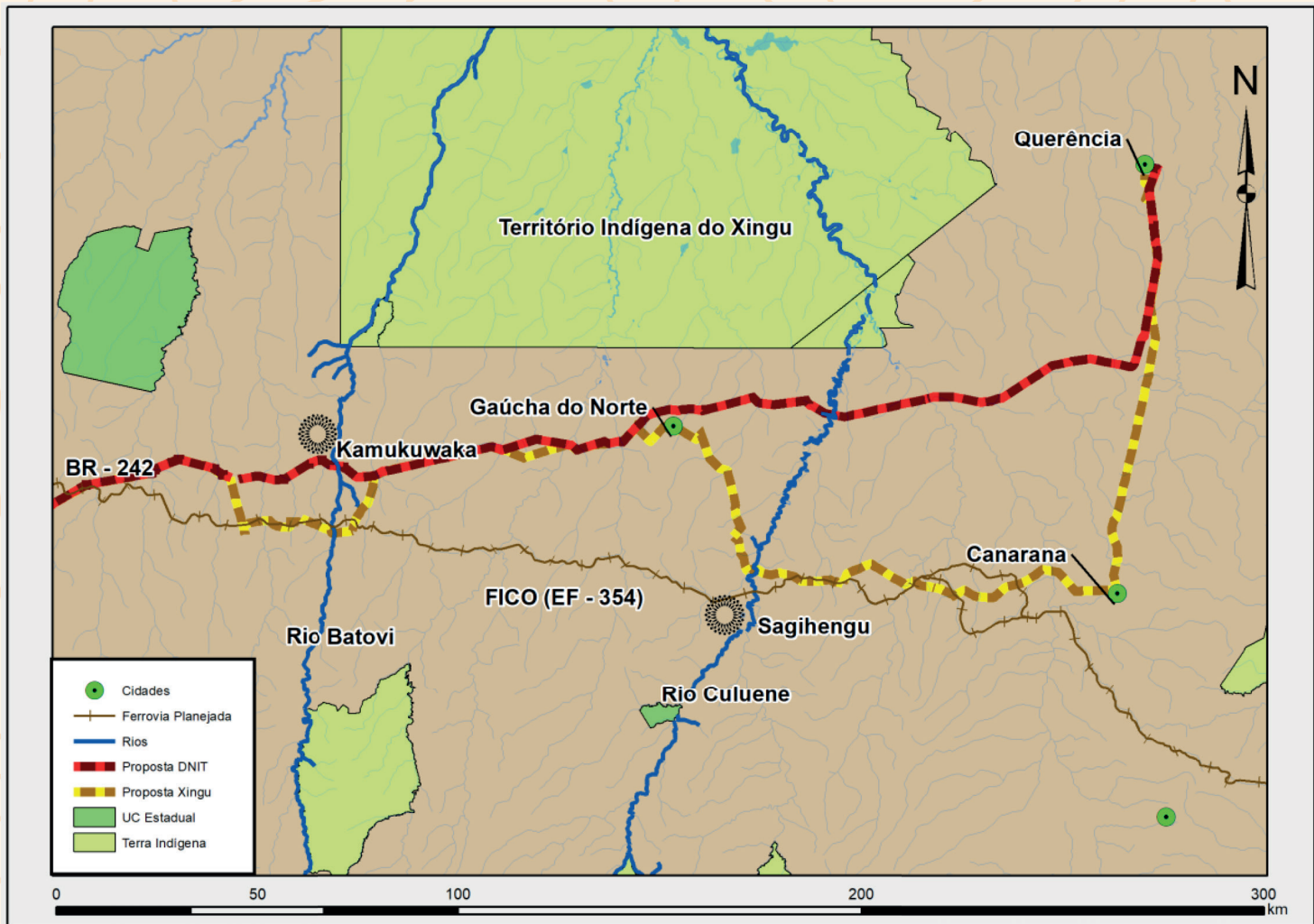
Em 2019, os xinguanos conseguiram fazer um acordo com o governo para a realização da consulta prévia, livre e informada de qualquer obra a ser construída na região incluindo a BR-242 e também a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico). Nenhuma licença ambiental poderá ser emitida para essas obras sem primeiramente ouvir os indígenas. Vale lembrar que esse é um direito explícito pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. A consulta prévia, livre e informada garante que os povos indígenas sejam ouvidos



Paisagem cultural sagrada de Kamukuwaká, sítio arqueológico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Foto: Piratá Waurá

quando o governo planejar ações que venham a impactá-los. A assinatura do acordo, no entanto, não encerrou a batalha dos indígenas que continuaram a lutar por seus direitos. Em julho de 2023, Dnit Ibama, Funai, Iphan, os ministérios dos povos indígenas e dos transportes e a Infra SA estiveram pela primeira vez no Xingu para tratar dessas obras. Durante a 9ª edição da Reunião de Governança Geral do Território Indígena do Xingu (GGTIX) conversaram com mais de 100 lideranças indígenas.

Em fevereiro de 2024, o governo acolheu oficialmente as reivindicações. Vitória dos xinguanos que, além de pedir mudanças no projeto, contribuíram efetivamente para a metodologia de pesquisa do novo traçado e devem participar dos trabalhos práticos e teóricos com a equipe encarregada de colocá-lo em pé.



ESTUDOS E NOTAS TÉCNICAS

Em 2024, novos estudos em parceria com outras instituições foram publicados pelo ISA. Em janeiro, a Hutukara documentava a situação da Terra Indígena Yanomami um ano após a decretação da emergência em saúde pelo governo, apontando a **persistência do garimpo**. O Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 em análise no Senado sobre a Reforma Tributária foi abordado em **nota técnica** do ISA, do Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (ÓSocioBio) e do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). O documento alertava para o aumento da alíquota para produtos da sociobiodiversidade enquanto concedia benefícios fiscais ao agronegócio. A **análise das queimadas** dentro e fora de Terras Indígenas (TIs) concluiu que as rodovias na Amazônia Legal impulsionaram o desmatamento e as queimadas.

Com a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), **o ISA produziu dois estudos**: um diagnóstico inédito sobre pressões que ameaçam quase 100% dos territórios quilombolas no Brasil; e sobre a conservação da biodiversidade nos territórios quilombolas da Amazônia Legal. **Pesquisa realizada pela Fiocruz** com apoio do ISA revelou que todos os Yanomami de nove aldeias do Alto Mucajaí (RR), estão contaminados pelo mercúrio do garimpo ilegal. Durante a COP16, na Colômbia, a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) e a Aliança Norte Amazônica que o ISA integra apresentaram estudo demonstrando a **perda de conectividade ecológica** entre os países amazônicos, que vem fragilizando a floresta e dificultando sua capacidade de resiliência. **Confira!**

Associação Yanomami aponta persistência do garimpo e estrangulamento da saúde

Um ano depois de o governo decretar uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional na Terra Indígena Yanomami, uma nota técnica da Hutukara Associação Yanomami (HAY) aponta que o garimpo persiste no território e promove um estrangulamento dos serviços de saúde. Lançado em janeiro, o documento teve apoio técnico do Instituto Socioambiental (ISA) e do Greenpeace Brasil com endosso da Associação Wanassedume Ye'kwana (Seduume) e da Urihi Associação Yanomami. A nota mostra que o garimpo desacelerou em 2023, mas ainda teve a sua área ampliada em 7%. A área total devastada acumulava 5.432 hectares. 2023 registrou 308 mortes de Yanomami e Ye'kwana que não foram



Garimpo ilegal na Terra Yanomami impacta até vacinação infantil. Foto: Ana Maria Machado/ISA

atendidos por servidores da saúde por medo dos garimpeiros ilegais. Dessa forma, mortes por doenças tratáveis seguiram ocorrendo e a vacinação infantil ficou completamente prejudicada. Embora o governo Lula tenha se mobilizado para combater o garimpo em 2023, os esforços foram insuficientes. Mesmo tendo diminuído o contingente de invasores o que se verificou, ainda que em menor escala, é que o garimpo continua sendo altamente nocivo à população Yanomami.

Mais de 98% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados

O estudo *As pressões ambientais nos territórios quilombolas no Brasil* realizado pelo ISA em parceria com a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais



Vegetação nativa preservada no quilombo Porto Velho, no Vale do Ribeira (SP) exemplifica o papel fundamental dos territórios quilombolas na proteção das florestas. Foto: Felipe Leal/ISA

Quilombolas (Conaq) trouxe um diagnóstico inédito sobre três vetores de pressão que ameaçam 98,2% dos territórios quilombolas: impacto de obras de infraestrutura, requerimentos minerários e sobreposições de imóveis rurais a partir do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Entre os impactos ambientais estão o desmatamento, a degradação florestal e os incêndios, além da perda de biodiversidade e degradação de recursos hídricos pela exploração mineral e atividades de agricultura e pecuária no entorno dos territórios, facilitadas por obras de infraestrutura como a abertura de estradas e rodovias. O estudo detalha ainda os dez territórios mais impactados por esses vetores, por regiões do Brasil.

Organizações pedem veto a PL que dispensa licenciamento para silvicultura

O Instituto Socioambiental (ISA), o Observatório do Clima e WWF-Brasil publicaram nota técnica pelo veto do Executivo ao Projeto de Lei (PL) nº 1.366/2022 aprovado pelo Congresso. O documento recomendava veto integral do presidente Lula ao PL, que exclui a silvicultura (monocultura de pinus e eucalipto para fins comerciais) do rol de atividades potencialmente poluidoras sujeitas ao licenciamento ambiental e ao pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. O PL altera ainda a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). A nota técnica baseia-se em reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que sustentam a necessidade do licenciamento para atividades que possam causar degradação ambiental, como é o caso do PL.

Pesquisa revela que Yanomami de nove aldeias estão contaminados por mercúrio

Conduzido pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), em parceria com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e apoio do ISA o estudo *Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia: uma abordagem integrada saúde-ambiente* revelou a presença de mercúrio em 287 amostras de cabelo dos Yanomami que participaram da pesquisa. As coletas foram realizadas na região do Alto Rio Mucajaí (RR) em outubro de 2022. O garimpo ilegal se instalou ali há décadas causando destruição, insegurança, violência e prejuízos à saúde dos indígenas. 84% das amostras registraram níveis de contaminação acima de 2,0 µg/g enquanto 10,8% ficaram acima de 6,0 µg/g, índice



Canteiro em Surucucus (RR) mostra que garimpo persiste na Terra Indígena Yanomami. Foto: Bruno Kelly/ISA

que requer atenção especial e investigação complementar. Os pesquisadores destacam que indígenas com níveis mais elevados de mercúrio apresentaram com mais frequência déficits cognitivos e danos em nervos nas extremidades como mãos, braços, pés e pernas.

Raisg divulga novo estudo na COP da Biodiversidade

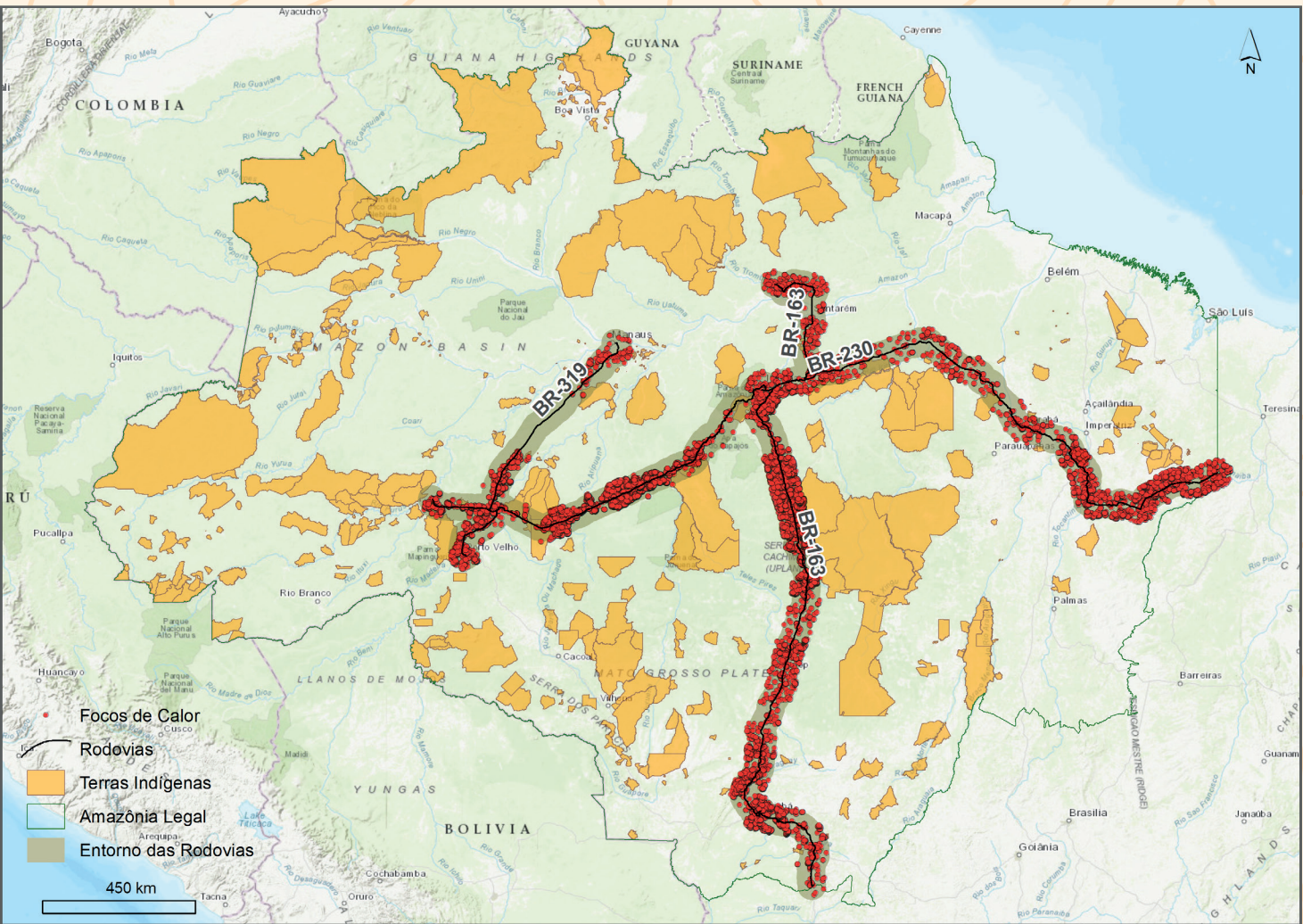
A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) lançou novo estudo durante a COP16, realizada em outubro, em Cali, Colômbia. O lançamento foi promovido pela Raisg e pela Aliança Norte Amazônica, ambas integradas pelo ISA. O estudo revela que em 2022, 23% dos países amazônicos haviam perdido completamente sua conectividade ambiental, social e cultural. Essa desconexão fragiliza a floresta, dificulta sua capacidade de resiliência e regeneração, contribuindo para processos que levam ao ponto de não retorno. Entretanto, em territórios indígenas as perdas de conexão são menores e os pesquisadores indicam como exemplo a região do Alto Rio Negro, no noroeste amazônico, habitada por povos de 23 etnias.

Nota Técnica analisa queimadas dentro e fora de Terras Indígenas

Queimadas em Terras Indígenas, nota técnica publicada em outubro pelo ISA, mostra que as rodovias na Amazônia

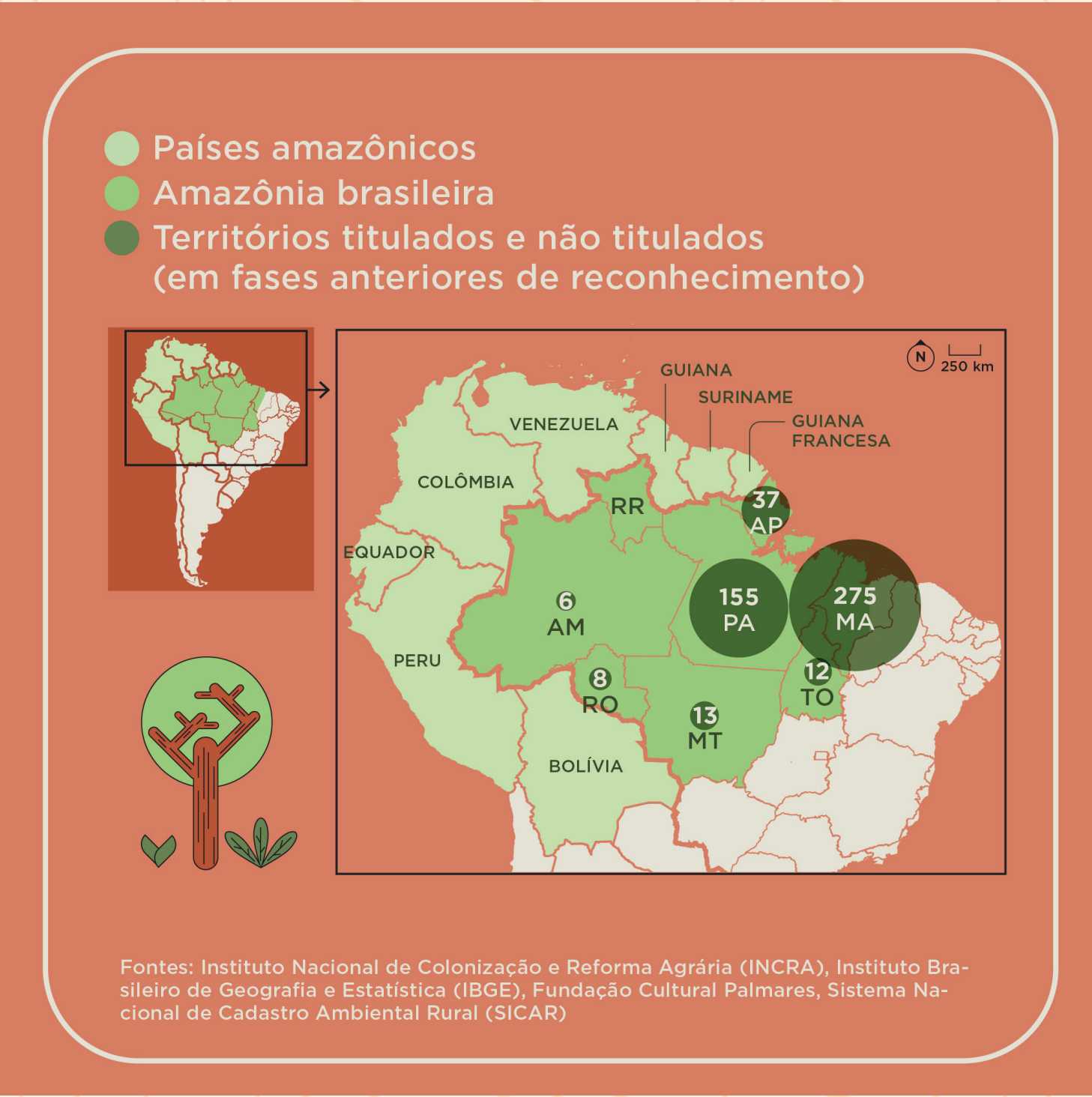
Legal vêm impulsionando o desmatamento e as queimadas, aumentando a vulnerabilidade das Terras Indígenas (TIs) e ameaçando o futuro do bioma. De janeiro a setembro de 2024, foram identificados oito milhões de hectares de áreas queimadas e 58,7 mil focos de calor no entorno das estradas da região. Mais de 30% de todos os focos ocorreram ao redor das rodovias Cuiabá-Santarém (BR- 163), Transamazônica (BR-230) e Manaus-Porto Velho (BR-319). *(veja o mapa)*

O documento analisou o histórico de queimadas em TIs; o panorama geral de queimadas nessas áreas em 2024; o impacto das rodovias na incidência dos focos de queimadas; a atuação de brigadas em TIs; a interferência de fenômenos climáticos como *El Niño* e *La Niña*; e o impacto das mudanças climáticas nas queimadas.



Estudo comprova o papel dos territórios quilombolas na conservação da biodiversidade

Durante a COP16, em Cali, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) apresentou o estudo *Territórios quilombolas protegem biodiversidade da Amazônia brasileira*. Os dados produzidos pelo Instituto Socioambiental (ISA) comprovam o papel desses territórios na conservação da diversidade biológica



da Amazônia. Entre 2003 e 2022, os quilombos perderam apenas 1,4% de florestas e a conservação e a regeneração da vegetação nativa nessas áreas são maiores do que nas áreas privadas. A análise mostra ainda que a regularização fundiária é essencial para garantir a preservação desses territórios e da biodiversidade do bioma. Entretanto, dos 506 territórios quilombolas com limites oficialmente reconhecidos em toda a Amazônia brasileira, apenas 116 estão titulados (*veja o mapa*). A maioria deles continua invisível (em áreas sem limites reconhecidos) nas bases oficiais impedindo que sejam beneficiados por políticas públicas, tornando-os alvos de pressões e ameaças.

Reforma tributária pode sobretaxar produtos da sociobiodiversidade, diz nota técnica

Elaborada pelo Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (ÓSocioBio), pelo ISA e pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) a nota técnica *Sociobioeconomia na Reforma Tributária: impactos e lacunas persistentes na regulamentação (PLP nº 68/2024)* destaca que itens da sociobiodiversidade produzidos por povos indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares ficariam com alíquota cheia – de 27,97%.

O açaí, por exemplo, tem alíquotas variando de 3,65% a 9,25% e essa proposta significaria um aumento de três vezes. Esse cenário contrasta com os benefícios concedidos a setores



Açaí, fruto indispensável na culinária amazônica brasileira, poderia ser sobretaxado com a Reforma Tributária. Foto: Fellipe Abreu/National Geographic

como o agronegócio que passaria, por exemplo, a ter isenção de até 60% sobre o uso de agrotóxicos, comprometendo a saúde pública e o meio ambiente.

A nota técnica faz sugestões para corrigir lacunas tais como: inclusão dos produtos da sociobiodiversidade na cesta básica com isenção fiscal; inclusão explícita dos povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e outras comunidades tradicionais que desempenham papel crucial na preservação ambiental no grupo de produtores rurais. Assim, esses povos teriam acesso aos mesmos benefícios fiscais dos produtores rurais. Uma campanha foi lançada em dezembro pelas organizações que produziram a nota em suas redes sociais para divulgar as sugestões e mobilizar a sociedade.

PARCEIROS LOCAIS

O carnaval da **Acadêmicos do Salgueiro**, que homenageou a luta dos Yanomami pela sobrevivência, contra o garimpo ilegal de ouro, e o relato da resistência indígena no Médio e Alto Rio Negro contra a Covid-19 em vídeo, revista e *podcast* foram alguns destaques envolvendo os parceiros do ISA em 2024. A **maior mobilização indígena do Brasil** que celebrou 20 anos de resistência com mais uma edição do Acampamento Terra Livre (ATL) foi tema de vídeo realizado por cineastas indígenas mulheres com apoio do ISA. A luta dos quilombolas do Brasil pela titulação de suas terras foi o tema escolhido pelos quilombolas do Vale do Ribeira (SP) para a **15ª edição da Feira de Sementes e Mudanças**. Por sua vez, os comunicadores da Rede Xingu+ exibiram na Noruega, **cenários do cotidiano das aldeias** com a exposição fotográfica *Os Olhos do Xingu*, que depois itinerou pelo Brasil. Ainda na Bacia do Xingu, a Rede Xingu+ realizou sua **6ª Assembleia**, e os Kayapó divulgaram seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e seu Protocolo de Consulta, atualizados.

Um **mapa inédito** mostrou como as mulheres indígenas estão organizadas em todos os estados brasileiros. Nesse movimento de intensa participação feminina destaca-se o **filme** *Nosso modo de lutar*, que mostra o olhar das mulheres indígenas sobre o ATL. **Publicações** escritas por elas também foram lançadas, caso da cartilha contra a violência de gênero no Rio Negro e da cartilha sobre direitos humanos das mulheres Yanomami. Essas ações contaram com o apoio do ISA, incluindo ainda a Formação de Promotoras Legais Populares no Rio Negro. **Confira!**

Salgueiro homenageia Yanomami com o enredo “Ya Temi Xoa”

“Ya Temi Xoa” foi o verso cantado por toda a comunidade negra da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro acompanhada de líderes Yanomami no desfile de carnaval da Marquês de Sapucaí, Rio de Janeiro, em fevereiro. Traduzido para o português, o verso que significa “eu ainda estou vivo”, marcou o samba enredo “Hutukara” e também dá nome ao documentário que estreou em agosto. O curta de 20 minutos conta como a floresta amazônica se conectou com as favelas do Rio de Janeiro ao unir os Yanomami e o povo negro para fazer história. O filme mostra uma parte do desfile, os bastidores e as ideias que construíram o enredo inspirado na Hutukara – o céu que desabou na cosmologia Yanomami – garantindo o 4º lugar ao Salgueiro, que ficou entre as seis campeãs do carnaval carioca. Com a direção de Thomas Mendel, Ya Temi Xoa é uma parceria entre o Instituto Socioambiental (ISA) e a Hutukara Associação Yanomami (HAY), organizações não governamentais, autoridades de órgãos federais, jornalistas e apoiadores da causa Yanomami.

Especial Memoráveis reúne filme, revista e *podcast*

Para comemorar o mês dos povos indígenas, o Instituto Socioambiental (ISA) promoveu em abril, em São Paulo, o lançamento dos três produtos que compõem o especial Memoráveis: o minidocumentário *Cura*, a quinta edição da

ARU, revista intercultural da Bacia do Rio Negro e o *podcast A nova doença dos brancos*. Até a chegada da vacina da Covid-19, a resistência indígena no Médio e Alto Rio Negro (AM) enfrentou um longo caminho de omissões, mas também de colaboração e compartilhamento de saberes.

Com relatos de indígenas e não indígenas, vídeo, revista e *podcast* se complementam para retratar a pandemia no Rio Negro e a estratégia de resistência e proteção dos indígenas diante da crise sanitária, numa das regiões mais preservadas da Amazônia onde vivem 750 comunidades (algumas delas remotas), de 23 etnias. O minidoc e a revista foram realizados pelo ISA em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o podcast em parceria com o Museu Etnográfico de Berlim. Assista, leia e ouça.



Janete Alves Desana e Elizângela Baré, coordenadoras do Departamento de Mulheres Indígenas da Foirn, estiveram à frente do combate à Covid-19 no Rio Negro. Foto: Raquel Uendi/ISA

Funai, Foirn e ISA celebram Acordo de Cooperação para fortalecer ações no Rio Negro

Um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) foi firmado entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o Instituto Socioambiental (ISA) para promover ações de fortalecimento dos povos indígenas e proteção dos territórios na região do Rio Negro (AM).

A presidente da Funai, Joenia Wapichana, explicou que o acordo visa implementar atividades que estão propostas para o Rio Negro. Ela ressaltou que o instrumento vem somar esforços para fortalecer direitos indígenas e políticas públicas previstas para a região. O acordo estabelece a



Da esq. para a dir: a secretária executiva do ISA, Adriana Ramos, o diretor-presidente da Foirn, Marivelton Barroso Baré, e a presidente da Funai, Joenia Wapichana. Foto: José Rui Gavião/Funai

atuação conjunta da Funai, Foirn e ISA com as organizações indígenas locais para colocar em prática ações de gestão territorial, sustentabilidade e governança, conforme a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Mostra fotográfica *Os Olhos do Xingu* é inaugurada em Oslo

Com fotos de oito comunicadores da Rede Xingu+ que vivem em Terras Indígenas na Bacia do Rio Xingu (MT/PA), a exposição *Os Olhos do Xingu* foi inaugurada em junho em Oslo, na Noruega. A mostra conecta a arte e a luta dos povos da Bacia do Xingu e tem curadoria de Kujaesãge Kaiabi e dos comunicadores indígenas. A realização é da Rede Xingu+, da



Dança coletiva do povo Khisêjtê durante tradicional festa de fim de ano na aldeia Khikatxi, Terra Indígena Wawí: uma das fotos da mostra. Foto: Kokoyamaratxi Renan Suya



Comunicador Kamatxi Ikpeng em frente às fotografias apresentadas na exposição Os Olhos do Xingu, em Oslo. A foto no painel do meio registra um incêndio devastador no Território Indígena do Xingu. Foto: Silia Moan/ISA

Rainforest Foundation Norway e do Instituto Socioambiental (ISA). As fotos foram exibidas em painéis em grande formato, na Kronprinsesse Märthas plass (sala Kronprinsesse Märthas), ao lado do Centro Nobel da Paz e da prefeitura de Oslo. Em dezembro, a mostra chegou ao Museu Nacional de Brasília que na abertura recebeu 1.645 visitantes. A Rede Xingu+ reúne 53 organizações – 48 locais e 5 da sociedade civil.

Impactos do garimpo são relatados em diários por cinco autores Yanomami

Diários Yanomami, publicação lançada em maio em Boa Vista, na Universidade Federal de Roraima, e em junho em São Paulo na loja do Instituto Socioambiental, Floresta no Centro, conta com relatos de cinco autores Yanomami em formato de diários, registro de depoimentos e também entrevistas feitas por eles. O livro é bilíngue e apresenta

a primeira versão do texto em Yanomae com a tradução para português na página seguinte. Os autores Mozarildo Yanomami, Darysa Yanomami, Josimar Palimitheli Yanomami, Alfredo Himotona Yanomama e Marcio Hesina apresentam sua percepção e a de seu povo sobre os impactos do garimpo na Terra Indígena Yanomami entre 2019 e 2022, período em que o presidente Jair Bolsonaro governou o Brasil. Essa gestão foi marcada por políticas que estimularam a invasão garimpeira no território.

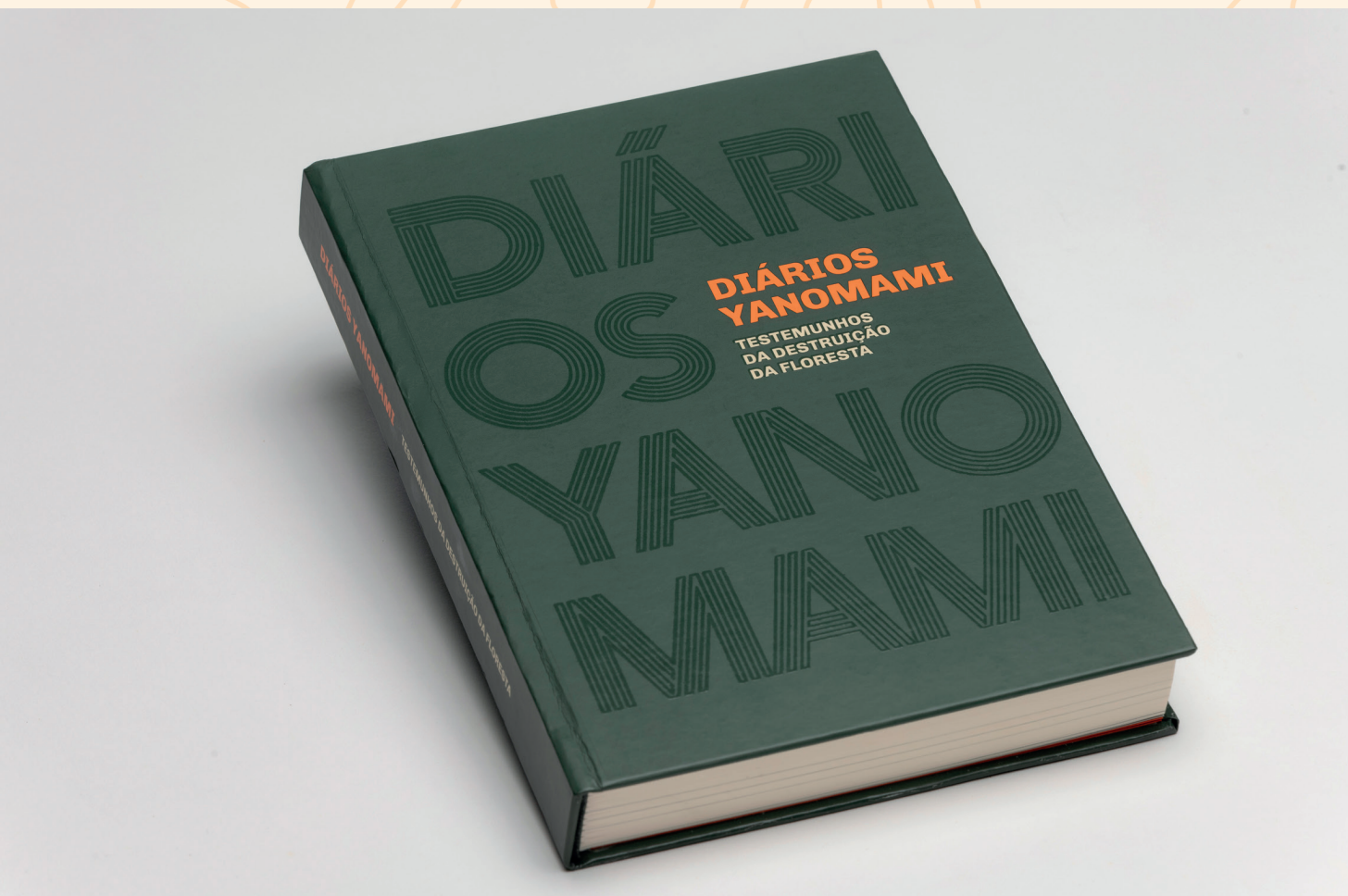


Foto: Design Molde.cc / Fotos Diego Bresani

Feira quilombola de sementes do Vale do Ribeira debate titulação de territórios

A 15ª edição da tradicional Feira de Sementes e Mudas dos Quilombolas do Vale do Ribeira (SP) reuniu novamente em agosto, diferentes públicos e comunidades dessa região do

sudeste do Estado de São Paulo. Em 2024, o seminário que antecede a feira teve como tema a titulação dos territórios quilombolas. A regularização fundiária é fundamental para a preservação da integridade desses territórios e de sua biodiversidade.

Os debates tiveram a participação de organizações da sociedade civil, de representantes de comunidades quilombolas e do poder público. Além do seminário, as oficinas realizadas na sequência trataram de educação quilombola e da relação entre a mitigação de eventos climáticos extremos e a restauração ecológica. A feira é uma realização do GT da Roça; das Associações das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira; da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone); da Cooperativa dos



Elementos místicos da cultura quilombola na abertura da 15ª Feira de Sementes e Mudanças. Fotos: Júlio César Almeida/ISA

Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira; da Rede de Sementes do Vale do Ribeira; do ISA e da Associação Slow Food do Brasil. Contou com apoio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo.

Acampamento Terra Livre pelo olhar de cineastas mulheres indígenas

No Dia Internacional dos Povos Indígenas (09/08), o Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Rede Katahirine lançou o documentário *Nosso modo de lutar*. Ele traz a perspectiva de três cineastas mulheres indígenas sobre um dos principais espaços de mobilização indígena do país na atualidade: o Acampamento Terra Livre (ATL). Realizado



Francy Baniwa entrevista Janete Desana, liderança do Rio Negro e vice-presidente da Foirn. Foto: Moreno Saraiva/ISA

por Francy Baniwa, Kerexu Martim e Vanuzia Pataxó, da Katahirine, em colaboração com o Programa Povos Indígenas no Brasil do ISA, o vídeo foi produzido em abril de 2024, durante a 20ª edição do ATL, enfocando os muitos modos de existir e de resistir aos ataques a seus direitos.

As cineastas abordaram cerca de 50 representantes de povos distintos, em sua maioria mulheres, explorando os saberes e fazeres que cada uma delas traz, ano a ano, para a mobilização. São cantadoras, cozinheiras, artistas, estudantes, anciãs e jovens – personagens que como Cleide da Silva Pedro, do povo Guarani Kaiowá, se dividia entre a equipe de segurança geral e como cozinheira na delegação de seu povo no contraturno. A produção executiva do filme esteve a cargo da equipe de Povos Indígenas no Brasil/ISA e do Instituto Catitu.



Vanuzia Pataxó, cineasta indígena da Rede Katahirine, durante as gravações de *Nosso modo de lutar*, no ATL 2024. Foto: Tatiane Klein/ISA

Prêmio Vladimir Herzog concede premiação especial à Rede Wayuri de comunicadores indígenas

A comissão organizadora do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos definiu o protocolo de homenagens e premiações especiais de sua 46ª edição. A Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas do Rio Negro (AM) foi uma das indicadas para o prêmio especial. Coletivo de mídia popular formado por aproximadamente 30 comunicadores das etnias Baré, Baniwa, Desana, Tariana, Tuyuka, Piratapuia, Tukano, Wanano, Hup'dah, Yanomami e Ye'kwana, a rede foi criada em 2017 e produz notícias semanais distribuídas a 750 comunidades indígenas das Terras Indígenas do Baixo ao Alto Rio Negro. As escolhas se basearam nas contribuições relevantes para o cenário atual do jornalismo brasileiro, que caminha no reconhecimento da diversidade, inclusão, pluralidade de vozes e de causas, e de partilha do protagonismo na defesa do direito à informação e na democratização do acesso à comunicação.

Mulheres da Terra indígena Yanomami criam cartilha de Direitos Humanos

Vinte e quatro mulheres Yanomami (Yanomam, Yanomami, Sanöma e Ninam) e Ye'kwana criaram uma cartilha sobre Direitos Humanos i. A publicação dirigida a mulheres da Terra Indígena Yanomami é resultado de uma oficina sobre Direitos Humanos, realizada em novembro, em



Jucélia e Elisa, neta e avó Ye'kwana, participaram da oficina de Direitos Humanos. Foto: Fabrício Araújo/ISA

Boa Vista, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Socioambiental (ISA), com apoio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. As responsáveis pela cartilha representaram as 10 associações indígenas do território, que indicaram apenas mulheres para suas respectivas representações. O documento reflete os aprendizados de combate a violência contra a mulher, explicando o que dizem as leis Maria da Penha e do Feminicídio, além de abordar aspectos culturais da convivência Yanomami, como o direito ao casamento, direitos de serviço do genro e de recursos da floresta.

Kayapó lançam PGTA e protocolo de consulta atualizados

Representantes das sete associações Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Kayapó (Pará) reuniram-se no Memorial

dos Povos Indígenas, em Brasília, em dezembro, para lançar oficialmente o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e o Protocolo de Consulta da TI Kayapó. Construídos de forma coletiva, são fundamentais na proteção do território e na preservação do modo de vida do povo Kayapó. Lideranças mais velhas entregaram as publicações aos presidentes das associações que os representam. Os documentos foram atualizados e validados em janeiro, na aldeia Gorotire, a área mais afetada pelo garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapo. O garimpo Maria Bonita, que se situava nas proximidades da aldeia, foi palco de uma das maiores invasões já registradas em Terras Indígenas no Brasil. A corrida do ouro foi incentivada pelo Estado brasileiro, violando direitos e promovendo destruição. Ao final da cerimônia, as publicações foram entregues a Marcio Santilli, presidente do ISA, instituição parceira histórica dos Kayapó.



Lideranças das Terra Indígena Kayapó unidas pela proteção do modo de vida Mebêngôkre-Kayapó. Foto: Kubekàkre Kayapó/Coletivo Beture 2024

Formação de Promotoras Indígenas no Rio Negro inclui violência de gênero e livreto

O segundo módulo da Formação de Promotoras Legais Populares Indígenas aconteceu em novembro reunindo cerca de 80 lideranças femininas das cinco coordenadorias regionais da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e da sede do município de São Gabriel da Cachoeira (AM). O objetivo foi auxiliar as indígenas ronegrinas a replicar esses conhecimentos em suas comunidades e organizações de base e promover o enfrentamento à violência de gênero, em especial a praticada contra as mulheres. A iniciativa do Depto. de Mulheres Indígenas da Foirn em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas da Universidade Federal do Amazonas, combina os conhecimentos jurídicos com os saberes e práticas



Segundo módulo do Promotoras Legais Populares Indígenas reuniu mais de 80 mulheres ronegrinas na Casa do Saber da Foirn. Foto: Vanessa Fernandes/ISA

indígenas. A programação incluiu também o lançamento de um livreto sobre o tema, construído coletivamente pelas indígenas com estratégias de cuidado e prevenção. A publicação caracteriza as violências contra mulheres em nível local e faz um resumo das discussões e reflexões geradas a partir do primeiro módulo da formação em 2021; apresenta estratégias utilizadas pelas ronegrinas no enfrentamento às violências, em consonância com os canais disponíveis na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, para denúncias dos casos e acolhimento às vítimas; e orienta a facilitação de rodas de conversa sobre as violências enfrentadas pelas indígenas.

Mapa inédito mostra a organização das mulheres indígenas em todo o País

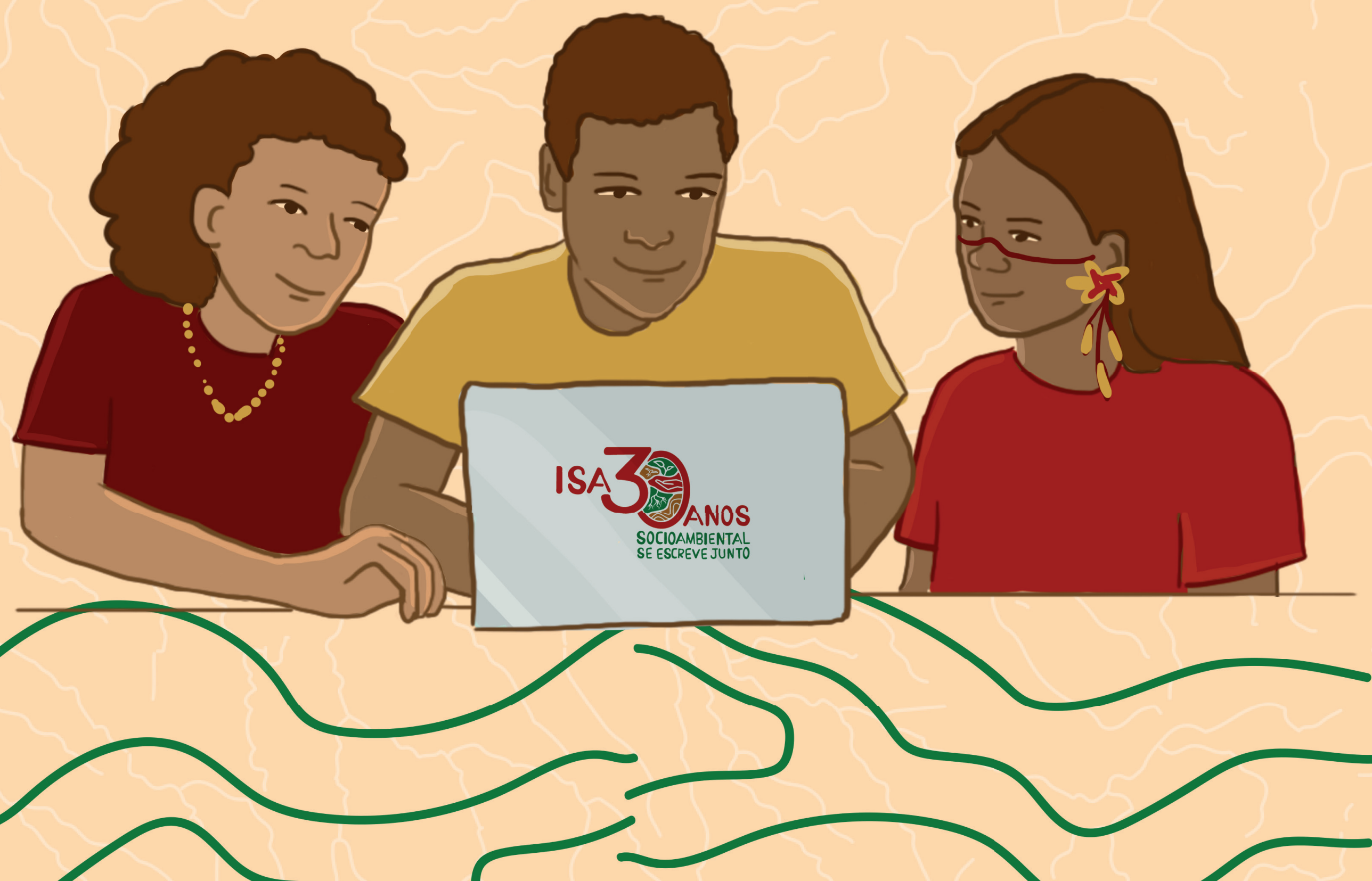
Organizadas em todos os estados brasileiros e em todos os biomas, as mulheres indígenas estão presentes em coletivos, movimentos, departamentos e outros tipos de organizações em torno de pautas como saúde, educação, combate à violência contra a mulher e defesa do território. E a tendência é de crescimento como já vem ocorrendo. Os dados estão na nova edição do Mapa das Organizações das Mulheres Indígenas no Brasil 2024, uma parceria inédita entre as pesquisadoras da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) e do Instituto Socioambiental (ISA). A edição anterior é de 2020. O Mapa resulta de um levantamento iniciado no começo de 2024 com o objetivo de mostrar em números o crescimento da luta das mulheres indígenas no país. A pesquisa identificou 241 organizações e aprofunda as diversas

razões que motivam mulheres indígenas a se organizarem. Em quatro anos, o movimento cresceu duas vezes e meia. O novo levantamento foi realizado a partir de uma metodologia que uniu informações já sistematizadas em um dos bancos de dados do ISA com a busca ativa construída e realizada em parceria com a Anmiga.

Titulação dos quilombos é tema de audiência pública na Assembleia Legislativa de SP

A audiência pública foi organizada pela Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (Eaacone) e pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas em SP (Conaq-SP), com apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e de outras organizações. O objetivo foi debater um plano estadual para garantir direitos constitucionais às populações quilombolas. A titulação dos territórios é um desses direitos. Conforme previsto no art. 5º, LXXVIII da Constituição, a titulação deve ocorrer em prazo razoável, mas desde a promulgação da Lei Paulista nº 9757/1997, determinando a titulação de todas as comunidades sobrepostas a terras públicas estaduais, apenas três foram tituladas integralmente (Ivaporunduva, São Pedro e Maria Rosa), e outras seis (Pedro Cubas, Pilões, Nhunguara, Sapatu, Galvão e Ostras) receberam títulos parciais. Chama a atenção a morosidade com que o Instituto de Terras do Estado de SP (Itesp), responsável pela titulação de comunidades quilombolas em terras públicas, está conduzindo esses processos.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



Durante o ano, o Instituto Socioambiental (ISA) implementou uma **série de ações estratégicas** para o fortalecimento institucional abrangendo governança, gestão de pessoas, tecnologia e parcerias. A promoção de um ambiente de trabalho **mais inclusivo e equitativo** e o fortalecimento de suas **políticas internas** posiciona o ISA como uma organização comprometida com o bem-estar de seus colaboradores, sempre alinhada aos seus valores e missão institucionais. As atividades realizadas foram fundamentais para consolidar a estratégia de Desenvolvimento Organizacional da instituição.

Além dessas ações de governança interna, o ISA organizou as atividades que **marcaram seus 30 anos** e que não foram poucas: filme, livro, exposição, selo, camisetas, encontro com seus colaboradores em SP e com parceiros locais em Altamira. Em parceria com o Museu de Culturas Indígenas, em SP, **inaugurou um mapa interativo** sobre Povos e Terras Indígenas no Brasil – um totem, disponível para consulta dos visitantes. Também participou de mais uma edição da Feira do Livro Paulistana levando mais de 100 títulos para o evento e professores indígenas e quilombolas, que puderam debater com o público, fortalecendo os caminhos para uma **educação antirracista e inclusiva. Confira!**

Literatura indígena e quilombola na 3ª Feira do Livro Paulistana

Pelo terceiro ano consecutivo o Instituto Socioambiental (ISA) participou da Feira do Livro Paulistana, na Praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu (SP), organizada pela Associação Quatro Cinco Um e a Maré Produções. O ISA levou mais de 100 títulos, além de parceiros indígenas e quilombolas. O evento foi dedicado aos professores e incluiu mesas com professores indígenas e quilombolas, autores de diversas publicações presentes na feira. Os debates contribuíram para fortalecer a educação antirracista a partir de experiências desses educadores em conexão com obras de sua autoria.



Tatiane Klein, pesquisadora do ISA, Luiz Ketu, liderança do Quilombo São Pedro e Kerexu Mirim, liderança da Terra Indígena Tenondé Porã, conversaram sobre educação antirracista e saberes ancestrais em mesa na Feira do Livro. Foto: Júlio César Almeida/ISA

ISA e Museu das Culturas Indígenas lançam mapa interativo

Quem for ao Museu das Culturas Indígenas, no bairro da Água Branca, na cidade de São Paulo, vai ter a chance de conhecer e navegar no Mapa interativo de Povos e Terras Indígenas no Brasil. Fruto da parceria entre o Instituto Socioambiental e o museu, a ferramenta interativa foi lançada em junho. Disponível ao público em um totem, o mapa reúne informações atualizadas sobre a sociodiversidade indígena no Brasil. As informações são resultado de um trabalho iniciado na década de 1980 por Beto Ricardo e Fany Ricardo que começaram a reunir dados a partir da construção de uma extensa rede de colaboradores para colocar os indígenas no mapa.



Totem exibe o Mapa Interativo Povos e Terras Indígenas no Brasil. Foto: Claudio Tavares/ISA

Avança o Plano Estratégico 2024-2028

O ISA avançou de forma sistemática e estruturada no processo do novo Plano Estratégico 2024-2028, que envolveu a realização de oficinas de reflexão e uma ampla análise do contexto externo. Em 2024 ocorreu o primeiro ciclo dos planejamentos táticos anuais dos programas e áreas, tendo em vista o planejamento estratégico vigente e seus principais eixos: Gestão e Proteção Territorial, Defesa e Promoção de Direitos, Economia da Sociobiodiversidade e Restauração Ecológica, Engajamento da Sociedade e Fortalecimento Institucional. A criação de um sistema de indicadores institucionais também foi iniciada com monitoramento contínuo das metas do plano e a construção de uma base sólida para relatórios de resultados aos parceiros.



Estrutura de governança e políticas de conformidade

Novas políticas foram formalizadas em um Regimento Interno, com Apresentação, Estrutura de Governança, Mecanismos Operacionais de Governança e aproximadamente 38 Políticas de Conformidade. Algumas políticas de desenvolvimento humano organizacional foram elaboradas como Recrutamento e Seleção, Financiamento de Formações e Avaliação de Desempenho. Elas foram desenhadas para reforçar o Código de Ética e o Plano Étnico-Racial, garantindo que os processos de gestão de pessoas estejam alinhados com os compromissos institucionais de equidade.

Fundo ISA de Formação

Durante o ano publicamos o segundo edital do Fundo ISA de Formação (FISAFormação) para promover o desenvolvimento profissional dos colaboradores.

Integração de novos colaboradores

Foi implementado um protocolo de integração para novos colaboradores, incluindo uma imersão na história e atuação do ISA. O acompanhamento nos primeiros 90 dias de trabalho garante que as contratações estejam alinhadas com as práticas e valores institucionais, cuidando da cultura organizacional coerente e socioambiental.

Ciclo avaliativo e planos de desenvolvimento individual

O primeiro ciclo avaliativo baseado em competências, considerando os eixos de carreira e níveis de complexidade, aconteceu em março de 2024. A avaliação foi seguida da construção dos Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) elaborados com o apoio dos coordenadores e gestores. Para facilitar e automatizar as avaliações, foi contratada a plataforma Sólides que trouxe maior agilidade e segurança ao processo.

QUASE 200 PESSOAS ESTIVERAM PRESENTES DURANTE A SEMANA DO ENCONTRO DE 30 ANOS DO ISA!



Foto: Claudio Tavares/ISA

Área de Inteligência Digital se consolida

Tecnologicamente, o ISA consolidou as áreas de Geosserviços, Informática e WEB em uma nova área de Inteligência Digital (ID), com atualizações de infraestrutura e protocolos no ArcgisServer, preparando a organização para operar de forma mais segura e em crescimento.

SafeSpace continua ativo para denúncias e dúvidas

A plataforma SafeSpace seguiu sendo divulgada como um canal seguro para dúvidas e denúncias no qual colaboradores e pessoas interessadas podem reportar condutas inadequadas de forma confidencial. Todas as denúncias são analisadas pela área de Desenvolvimento Humano Organizacional e pelo Comitê de Conformidade, garantindo que as questões sejam tratadas com seriedade e diligência.

Colaboradores

Em 2024, o ISA tinha 204 colaboradores, 33 contratados durante o ano. Do total, 88 são mulheres e 116 homens. Destes, 104 são brancos, 35 pretos, 43 pardos, nove amarelos e 13 indígenas.

OS NÚMEROS DE 2024

DOCUMENTAÇÃO

Em 2024, a **Plataforma do Acervo** atingiu mais de **248 mil** itens:

- **208.841** notícias;
- **21.274** documentos;
- **14.202** fotos;
- **3.061** livros;
- **446** teses/dissertações;
- **293** publicações do ISA;
- **250** vídeos;
- **78** mapas.



Durante o ano, a Plataforma do Acervo teve:

- **555.640** visualizações de páginas;
- **330.493** sessões de usuários;
- **198.007** downloads.

Fotos indexadas e inseridas no Banco de Imagens: **17.355**

Vídeos indexados e inseridos no Banco de Imagens: **878**

Notícias indexadas e inseridas no Banco de Notícias: **6.060**

Documentos e livros indexados e inseridos na Base Bibliográfica: **218**

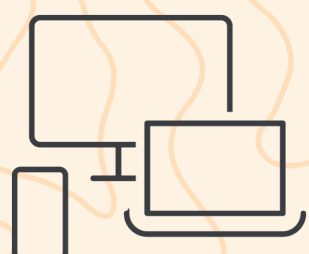
COMUNICAÇÃO

Em 2024, os destaques foram a resenha de Marcelo Leite na *Folha de S. Paulo* sobre o livro *Uma Enciclopédia nos Trópicos*, de Beto Ricardo, antropólogo e um dos fundadores do ISA, com o jornalista Ricardo Arnt, celebrando os 30 anos do ISA; um estudo da Fiocruz sobre a contaminação por mercúrio entre os indígenas Yanomami da Terra Indígena Yanomami (AM/RR), que mobilizou 140 veículos, incluindo *Jornal Nacional* e *CNN Brasil*; a análise sobre as pressões nos quilombos da Amazônia Legal, que gerou 63 inserções na mídia.

O lançamento de *Diários Yanomami* também teve ampla visibilidade, sendo destaque na *Folha de S. Paulo* e na programação oficial da Feira Paulistana do Livro. Além disso, o Mapa das Organizações das Mulheres Indígenas no Brasil foi pauta dos sites jornalísticos *Nós Mulheres da Periferia* e *Alma Preta*, evidenciando a diversidade de veículos.

A nota técnica da Hutukara Associação Yanomami e parceiros um ano após a intervenção do governo federal sobre o garimpo na Terra Indígena Yanomami foi mencionada em 86 publicações, incluindo *O Globo* e agência *Reuters*. Outros temas como queimadas, desmatamento, Ferrogrão e justiça climática ganharam espaço na imprensa, reforçando o papel do ISA no debate público sobre políticas ambientais e direitos territoriais.

Acessos aos sites



3.507.181
sessões de usuários

7.191.671
visualizações

ISA na Mídia



1.840 inserções em mídia impressa, sites, rádio, tevê e podcasts

Seis artigos assinados: *Valor Econômico*, *Estadão* on line, *Congresso em Foco*, *Folha de S. Paulo* (2), *O Eco*.



Notícias Socioambientais

232

NSAs mais visualizadas

Câmara aprova projeto que permite devastar área de campos nativos do tamanho de RS e PR (20/03/2024)

9.391 visualizações

Por que a demarcação de Terras Indígenas não avança? *Entenda* (21/02/2024)

5.365 visualizações

Meses após desastre no RS, Câmara aprova projeto que agrava crise climática e hídrica (14/08/2024)

4.413 visualizações



Manchetes Socioambientais

9.400 assinantes

Redes sociais

543.512
seguidores

Em 2024, publicamos mais de **2,4 mil posts** em nossas principais redes sociais: Facebook, Twitter, Instagram e LinkedIn, consolidando nossa presença digital. Somando nossos perfis alcançamos a marca de **543.512 seguidores** em nossas redes sociais, considerando possíveis sobreposições.

No **Instagram**, chegamos a 158 mil seguidores, mantendo um crescimento consistente. A plataforma se destacou com 286 mil interações totais e impressionantes 3 milhões de pessoas alcançadas, além de 1,76 milhão de plays em nossos vídeos. O **LinkedIn** mostrou crescimento expressivo e se consolidou como uma das principais redes a serem trabalhadas pela organização, atingindo 55,3 mil seguidores. Nossos 556 posts alcançaram 880,5 mil usuários e geraram 56,3 mil visualizações em vídeos, confirmando seu valor para nossa comunicação institucional. No **Twitter (X)**, alcançamos 85,7 mil seguidores. Nossas 813 publicações geraram 89,6 mil interações e 62,3 mil visualizações em vídeos, demonstrando a relevância de nosso conteúdo na plataforma. No Facebook, mantivemos 199 mil seguidores, com 786 publicações que alcançaram 657,5 mil pessoas e geraram 84,1 mil visualizações em vídeos. No **YouTube**, mantivemos 44,4 mil assinantes em nosso canal, que continuou como importante repositório de conteúdo audiovisual. Em 2024, registramos 424,8 mil visualizações e 17,4 mil horas de tempo de exibição. Ao longo de 2024, nossas plataformas somaram **mais de 400 mil interações** entre likes, comentários e compartilhamentos, além de milhões de visualizações em vídeos, fortalecendo nosso diálogo com a sociedade e ampliando o impacto de nossa comunicação. Seguimos em **novas frentes** para diversificar os canais em 2025.

Quem apoia o ISA

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Associação Bem-Te-Vi Diversidade
Catholic Agency for Overseas Development | CAFOD
Charles Stewart Mott Foundation | MOTT
Climate and Land Use Alliance | CLUA
Embaixada Real da Noruega | ERN
Environmental Defense Fund | EDF
Ford Foundation
Fundo Amazônia / BNDES
Furriela Advogados
Good Energies Foundation
Gordon and Betty Moore Foundation
Gusmão e Labrunie Propriedade Intelectual | GLPI
Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Clima e Sociedade | iCS
Nia Tero
Rainforest Foundation Norway | RFN
Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados | SBSA
União Europeia | Comissão Europeia | EU

REDES & CONEXÕES

Aliança Noramazônica (ANA)
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil | APIB
Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade | ANMIGA
Associação Brasileira de ONGs | ABONG
Caminhos da Semente

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas | CONAQ
Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas 2021-2030
Observatório do Clima | OC
Observatório do Código Florestal | OCF
Origens Brasil
Redário de Redes de Sementes
Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada | RAISG
Rede de Apoio e Incentivo Socioambiental | RAIS
Rede de Cooperação Amazônica | RCA
Rede de ONGs da Mata Atlântica | RMA
Rede de Sementes do Cerrado | RSC
Rede Rio Negro | RRN
Rede Terra do Meio/Vem do Xingu | RTM
Rede Xingu+
Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica | SOBRE

PARCEIROS DE EXECUÇÃO NOS TERRITÓRIOS

Ação Ecológica Guaporé | Ecoporé
Associação Agroecológica Caminho da Paz | ACAMPAZ
Associação Agroextrativista Sementes da Floresta | AASFLOR
Associação das Comunidades Waimiri Atroari | ACWA
Associação do Povo Indígena Arara Ugorog’mó
Associação do Quilombo São Pedro Heborá

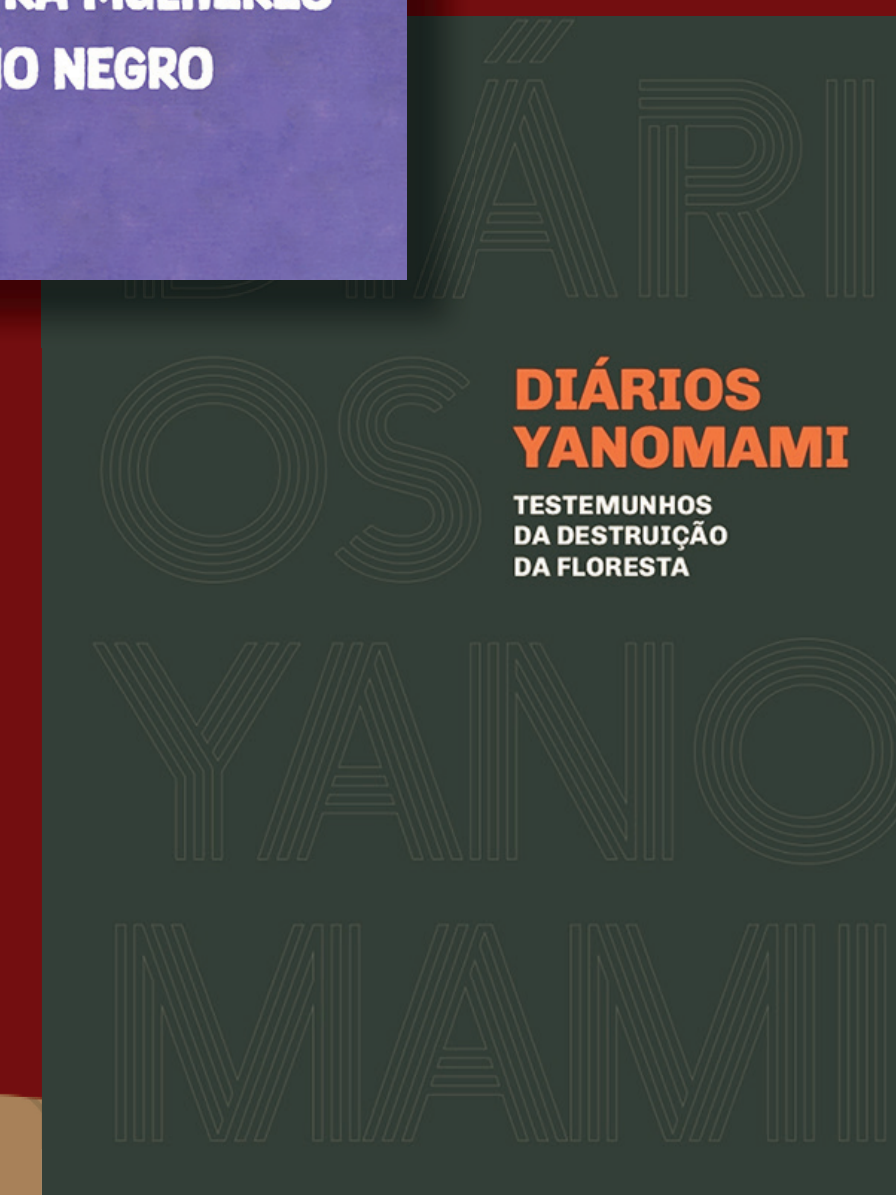
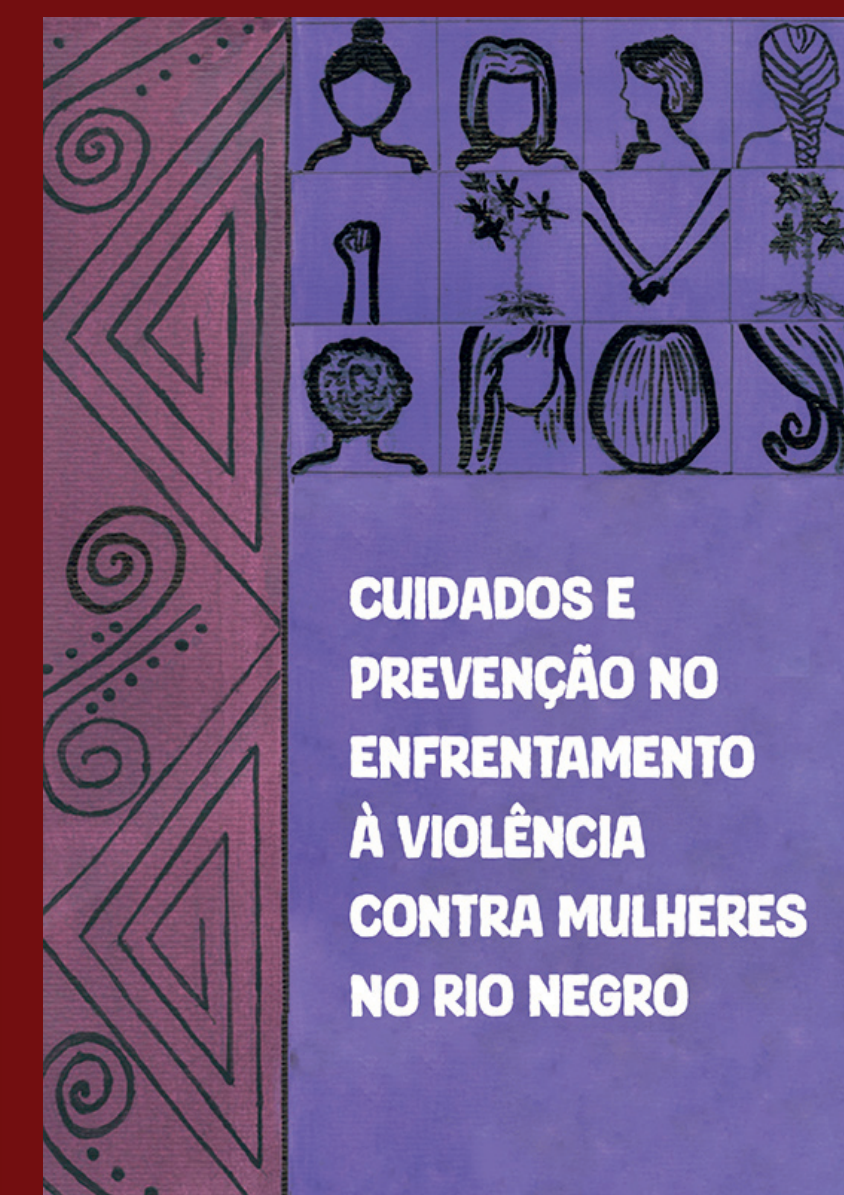
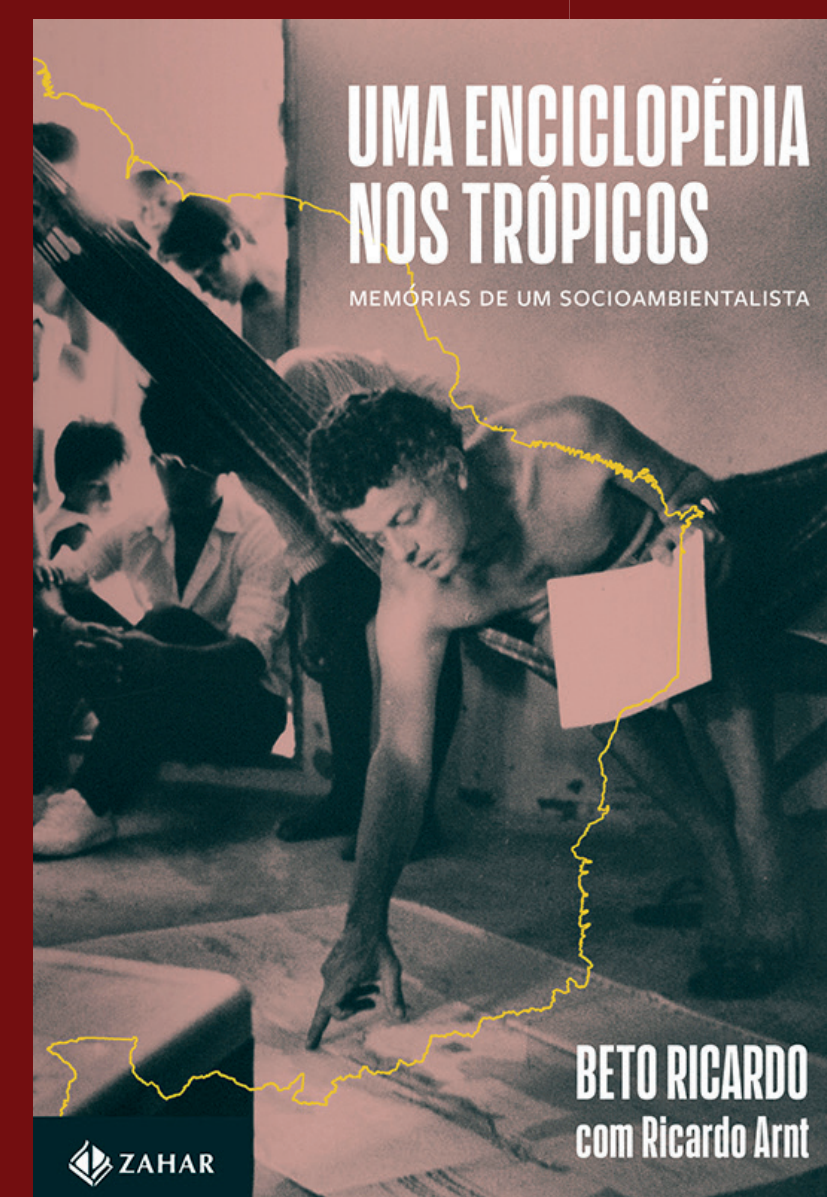
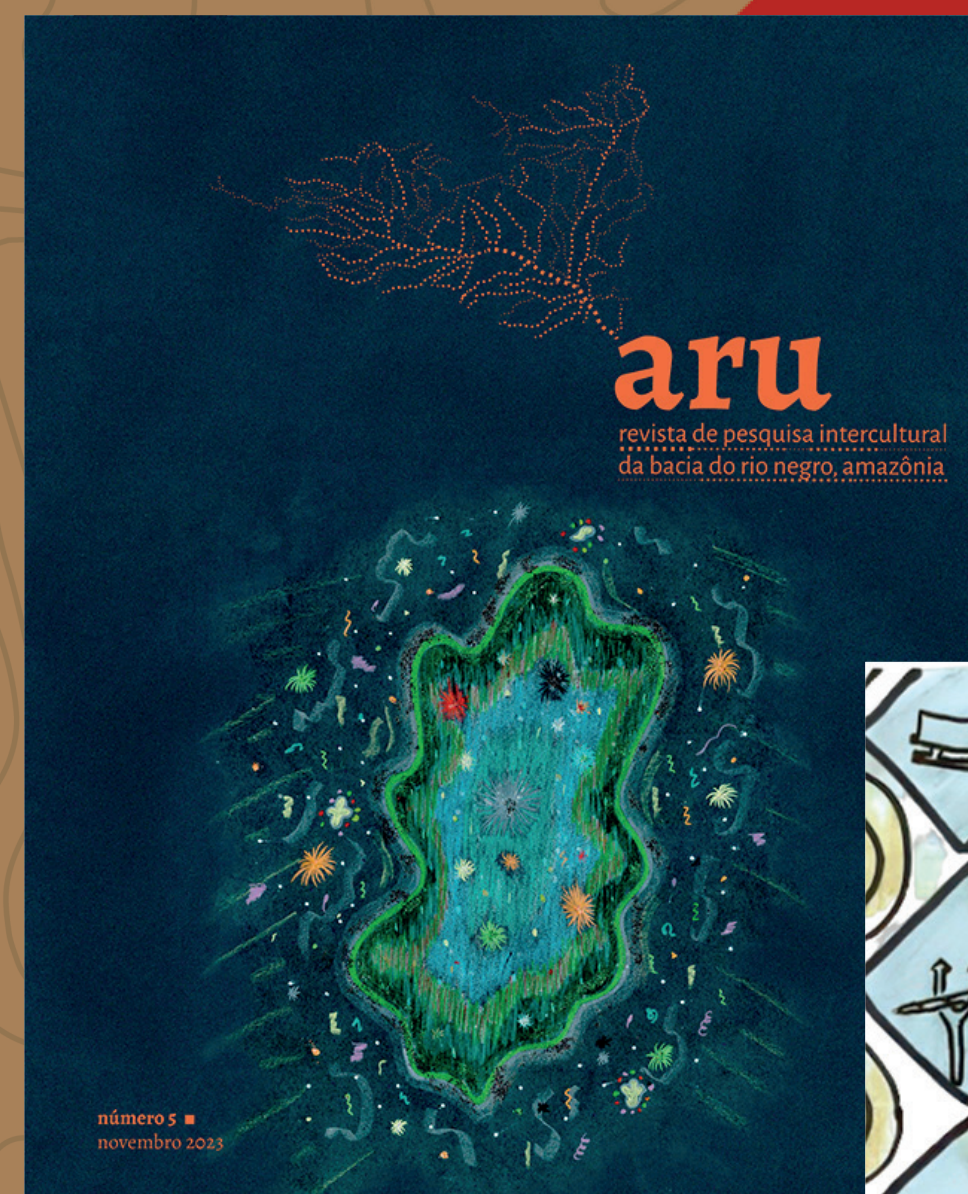
Associação dos Produtores Indígenas de Tabalascada
Associação dos Remanescentes de Quilombo Porto Velho | ARQPV
Associação Expedicionários da Saúde | EDS
Associação Floresta Protegida | AFP
Associação Indígena Iakiô | Iakiô
Associação Indígena Juruna Unidos da Volta Grande do Xingu | AIJUVX
Associação Indígena Khisedje | AIK
Associação Indígena Korina Juruna da Aldeia Pakissamba | AIKJAP
Associação Indígena Kuruatxe
Associação Indígena Pyjahyry Xipaya | AIPX
Associação Indígena Tato’a | AIT
Associação Indígena Tukayá Etnia Xipaya | AITEX
Associação Indígena Yudjá da Aldeia Lakarika | KUMAREHA
Associação Médicos da Floresta | AMDAF
Associação Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu | AMOMEX
Associação Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri | AMORERI
Associação Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio | AMORA
Associação Nacional de Quilombos para Cooperação - Negra Anastácia
Associação Quilombo Kalunga | AQK
Associação Rede de Sementes do Oeste da Bahia | ARSOBA
Associação Rede de Sementes do Xingu | ARSX
Associação Ribeirinha e de Produtores Rurais da Comunidade Goianinho | ARPRUCG
Associação Sementes do Paraíso
Associação Terra Indígena Xingu | ATIX

Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes | AYRCA
Associação Yudja Miratu da Volta Grande do Xingu | AYMIX
Associações Indígenas dos Povos Wai Wai de Roraima (APIW, AIWA, APIWX) | APIWR
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia | Rioterra
Conselho de Gestão Territorial da Terra Indígena Xipaya | CGTTIX
Conselho Indígena de Roraima | CIR
Cooperativa das Mulheres Agricultoras de Tremembé | COOMATRE
Cooperativa de Florestamento e Reflorestamento da Aldeia Pataxó Boca Mata | COOPLANJÉ
Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira | Cooperquivale
Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará | MALUNGU
Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras | EAACONE
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro | FOIRN
Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira
Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola | FUNDAG
Health in Harmony | HIH
Hutukara Associação Yanomami | HAY
Instituto Kabu
Instituto Raoni
Movimento dos Ameaçados por Barragens | MOAB
Rede de Sementes do Vale do Ribeira | RSVR
Rede de Sementes Portal da Amazônia - Cooperativa Solidária da Agricultura Familiar | COOPERSA
Rede de Sementes Zé da Lena

Universidade Estadual do Mato Grosso | UNEMAT
Universidade Federal do Pará | UFPA
PARCEIROS DE COOPERAÇÃO POR PROJETO
Agência Francesa de Desenvolvimento | AFD
Amazon Conservation Team – Brasil | ACT-Brasil
Amigos da Terra | AdT
Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari - Museu das Culturas Indígenas | MCI
Azul Linhas Aéreas
Banco Itaú
Banco Mundial
Benevity Causes
Bezos Earth Fund
Bonfarto Kaj Conservado | BKK
Center for International Forestry Research (CIFOR) and World Agroforestry (ICRAF)
Charities Aid Foundation America | CAF
Climate Alliance
Conservation International Brazil | CI
Darwin & NIRAS-LTS International
Donatelli Tecidos / Arte Nativa Aplicada
Embaixada da França
Embaixada da Irlanda
Embaixada da Suíça
Família Mattos
Fern
Fundação do Príncipe Albert II de Mônaco
Fundação Roberto Marinho | FRM
Fundación Amigos de la Naturaleza | FAN
Fundación Gaia Amazonas
Greenpeace

Institut for Democracy, Media and Cultural Exchange | IDEM
Instituto Bacuri
Instituto BEI | IBEI
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola | IMAFLORA
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia | IPAM
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena | IEPÉ
Instituto El Bien Comun | IBC
Kitanda das Minas
Legado Integrado da Região Amazônica | Instituto de Pesquisas Ecológicas | LIRA | IPÊ
Luminate Brasil
Manaus Transmissora de Energia S.A.
Mostra Ecofalante
Museu A Casa do Objeto Brasileiro
Museu Nacional da República
Natura Cosméticos S.A.
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica | OTCA
Pão Para o Mundo | PPM
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | PNUD
Próspera Social
Rainforest Foundation US | RFUS
ReWild
Rock World S.A. / Rock in Rio
Schneider Electric
Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A | BIOMAS
Sociedade para os Povos Ameaçados | STPI
Tides Foundation
United Nations International Children’s Emergency Fund - Brasil | UNICEF-Brasil

Publicações do ISA em 2024



Acesse e conheça mais:

[HTTPS://ACERVO.SOCIOAMBIENTAL.ORG](https://acervo.socioambiental.org)

[HTTPS://LOJA.SOCIOAMBIENTAL.ORG](https://loja.socioambiental.org)



Instituto
Socioambiental

ISA 30 ANOS

